

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2018

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO MDB – PT – PRB – PR – PCdoB – Avante – Pros)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – Pode – PTC – PSDC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Antonio Lerin Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PP – PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Gustavo Santana

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	MDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Pode – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cabo Júlio	MDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PSDC – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
	BVC	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	MDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	Avante – BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Iran Barbosa	MDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Isauo Calais	MDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	MDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	Avante – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	Vice-Presidente
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	MDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
	BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	MDB – BMM	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Pode – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	MDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PSDC – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Douglas Melo	MDB – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
MEMBROS SUPLENTEs:	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG
Deputado André Quintão	PT – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC
Deputado João Magalhães	MDB – BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
	BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTEs:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	MDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	
Deputado Bosco	Avante – BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTEs:		

Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	Avante – BMM	
	BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Léo Portela	PR – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	Presidente
Deputado Cabo Júlio	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	MDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	

Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
Deputado João Magalhães	MDB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	

Deputado Gil Pereira	PP – BVC
----------------------	----------

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MANIFESTAÇÕES**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 11/2015, DE FLÁVIO GÓES MENICUCCI PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE OBRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DEOP –, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/5/2015

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Inácio Franco e Agostinho Patrus Filho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Inácio Franco, declara aberta a

reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina proceder à arguição pública do Sr. Flávio Góes Menicucci para o cargo de presidente do Departamento de Obras do Estado de Minas Gerais – Deop –, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da comissão para ouvir o indicado e para proceder à sua arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidente retoma os trabalhos ordinários da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 11/2015 (relatora: deputada Celise Laviola). Cumprida a finalidade da reunião e da comissão, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Inácio Franco, presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/5/2018

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Roberto Andrade (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco – no Município de Uberlândia. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.680 a 9.683, 9.769 a 9.772 e 9.798/2017, 10.696, 10.704 e 10.705, 10.720, 10.728, 10.769, 10.813, 10.818, 10.837, 10.839, 10.857, 10.887, 10.890 e 10.895/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 11.932/2018, dos deputados Paulo Guedes, Cabo Júlio e Tadeu Martins Leite, em que requerem seja realizada audiência pública, com a convocação do comandante-geral da Polícia Militar, para obtenção de esclarecimentos sobre as políticas públicas de segurança que serão adotadas pelo novo comandante da 11ª Região da Polícia Militar, localizada no Norte de Minas.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.941/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a motivação do ato que culminou no afastamento de cabos da Polícia Militar do exercício de funções de sargento;

nº 11.957/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao deputado federal Laudivio Carvalho pelo Projeto de Lei nº 8.556/2017;

nº 11.959/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Diretoria-Geral do Hospital da Polícia Militar pedido de providências para avaliar o teor de postagem realizada pelo Sr. Luiz Fernando Oliveira, médico residente de dermatologia, em rede social;

nº 11.960/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, Arnaldo Silva e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que seja garantido o contraditório e a ampla defesa nos procedimentos administrativos em que ocorram afastamentos de oficiais de justiça avaliadores do exercício de suas funções;

nº 11.961/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, Arnaldo Silva e João Leite, em que requerem sejam encaminhadas à Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, para conhecimento, as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária desta comissão, que teve por finalidade debater as condições de trabalho dos oficiais de justiça avaliadores do Estado, especialmente quanto à garantia de sua segurança e integridade física;

nº 11.962/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, Arnaldo Silva e João Leite, em que requerem sejam encaminhados à Organização Internacional do Trabalho – OIT – as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária e pedido de providências com vistas à apuração de denúncias, feitas por oficiais de justiça avaliadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – a esta comissão, de que o TJMG vem desrespeitando reiteradamente a Convenção nº 151, de 1978, especialmente o disposto no art. 7º da citada convenção;

nº 11.963/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, Arnaldo Silva e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para instauração imediata de inquérito policial com vistas à apuração, com celeridade, de crime cometido contra dois oficiais de justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, conforme o Boletim de Ocorrência REDS nº 2018-020295932-001, os quais, no cumprimento de suas funções, sofreram atentados contra sua integridade física no Município de Betim;

nº 11.964/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Arnaldo Silva, em que requerem sejam encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária, com vistas a que se apurem com empenho as denúncias, apresentadas pelo Sr. Wagner de Jesus Ferreira, coordenador-geral do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado – Sinjus – a esta comissão, de desrespeito à jornada legal de trabalho, de ausência de segurança para esses profissionais no cumprimento de suas funções, de defasagem nos valores pagos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – quanto às verbas indenizatórias e de coações por membros do Poder Judiciário a esses profissionais;

nº 11.965/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Arnaldo Silva, em que requerem sejam encaminhadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, à Procuradoria-Geral de Justiça, à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária desta comissão, que teve por finalidade debater as condições de trabalho dos oficiais de justiça avaliadores do Estado, especialmente quanto à garantia de sua segurança e integridade física;

nº 11.966/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Arnaldo Silva, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências com vistas à melhoria das condições de trabalho dos oficiais de justiça avaliadores do Estado, especialmente quanto à garantia da segurança e da integridade física dos referidos profissionais;

nº 11.984/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, com a presença do Cel. PM Vinícius Rodrigues de Oliveira Santos, diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais – IPSM –, do Sr. Helvécio Magalhães, secretário de Planejamento e Gestão, e do Sr. José Afonso Bicalho, secretário de Fazenda, com vistas a assegurar a realização de controle externo, a cargo desta Casa, com o auxílio do Tribunal de Contas;

nº 11.986/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em Brasília, os conflitos gerados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – diante das invasões em várias regiões do Estado de Minas Gerais;

nº 11.987/2018, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Sargento Rodrigues, em que requerem sejam encaminhados à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta com a Comissão de Agropecuária e

Agroindústria e pedido de providências para que se intensifiquem a fiscalização e o policiamento, por meio das unidades de polícia ambiental da instituição, das invasões nas margens de rios do Estado, considerando o dano ambiental causado por essas invasões em áreas de preservação permanente, conforme dispõe o art. 9º da Lei nº 20.922, de 2013, especialmente nas regiões de Pedra de Maria da Cruz e Pirapora;

nº 11.988/2018, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria, para intensificar a fiscalização das invasões existentes em margens de rios do Estado, especialmente nas regiões de Pedra de Maria da Cruz e Pirapora;

nº 11.989/2018, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público Federal em Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria, para investigar as invasões existentes em margens de rios do Estado, especialmente nas regiões de Pedra de Maria da Cruz e Pirapora;

nº 11.990/2018, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Sargento Rodrigues, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria, para intensificar a fiscalização das invasões existentes em margens de rios do Estado, especialmente nas regiões de Pedra de Maria da Cruz e Pirapora;

nº 11.991/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais e à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria, para reforçar o policiamento na região da Fazenda Norte América, no Município de Capitão Enéas, para evitar invasões de propriedades privadas;

nº 11.993/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no destacamento do Município de Presidente Bernardes pelo importante trabalho que estão realizando, mesmo com baixo efetivo policial e falta de materiais e instrumentos de trabalho;

nº 11.995/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, Roberto Andrade e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a destinação de uma viatura com compartimento de segurança e de novos coletes e munições para o destacamento da Polícia Militar no Município de Presidente Bernardes;

nº 11.996/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ocorrência de assédio moral e abuso de autoridade no âmbito da 9ª Companhia Independente de Polícia Militar, notadamente irregularidades nas escalas para a Intendência, em flagrante afronta à Resolução Conjunta nº 4.278, de 2013;

nº 11.997/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, Roberto Andrade, Carlos Pimenta e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a designação de um delegado de polícia para o Município de Presidente Bernardes, considerando-se as graves denúncias do crescimento da criminalidade na região;

nº 11.998/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja reforçado o efetivo policial do Município de Presidente Bernardes, considerando-se as graves denúncias de crescimento da criminalidade na região;

nº 11.999/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, Roberto Andrade e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam priorizadas, no âmbito de suas atribuições, operações conjuntas de repressão qualificada no

Município de Presidente Bernardes, considerando-se as graves denúncias de crescimento da criminalidade na região e o baixo efetivo policial;

nº 12.025/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago, em que requer seja formulado voto de congratulações com os agentes Wilson César Caetano, Geraldo Elias Moreira e Rogério Vital de Oliveira e com o Comando de Operações Especiais – Cope – por terem conseguido frustrar a fuga de sete detentos da Penitenciária Nelson Hungria; e

nº 12.027/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a presença do Sr. Julvan Lacerda, presidente da Associação Mineira dos Municípios e prefeito de Moema, as circunstâncias em que se deu a operação, desencadeada pela Polícia Civil em 23/5/2018, em que o aparato policial teria sido utilizado pelo governo do Estado em desfavor de adversários políticos.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública que tem por finalidade debater a atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco – no Município de Uberlândia, que se inserem diretamente no campo de interesse da segurança pública e do combate à criminalidade no referido município. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Nedens Ulisses Freire Vieira, procurador-geral de justiça adjunto institucional, representando o procurador-geral de Justiça; Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes, juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, representando o corregedor-geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Carlos Capistrano, superintendente de Investigações e Polícia Judiciária da Polícia Civil de Minas Gerais, representando o chefe dessa corporação; Egmar Sousa Ferraz, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, representando o presidente dessa entidade; Marco Antonio de Paula Assis, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas; Denilson Aparecido Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil licenciado – Sind-Pol; e Cláudio Marques Rolin e Silva, coordenador da Comissão de Direitos Humanos Irmãos Naves e Enéias Xavier Gomes, promotor de justiça e presidente da Associação Mineira do Ministério Público. A presidência concede a palavra ao deputado Arnaldo Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Cabo Júlio.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/5/2018

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o teor da Resolução Sesp nº 18, de 25 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normativas para o atendimento e tratamento da pessoa LGBT no âmbito do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.916/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.932/2018, dos deputados Paulo Guedes, Cabo Júlio e Tadeu Martins Leite, em que requerem seja realizada audiência pública, com a convocação do comandante-geral da Polícia Militar, para obtenção de esclarecimentos sobre as políticas públicas de segurança que serão adotadas pelo novo comandante da 11ª Região da Polícia Militar, localizada no Norte de Minas;

nº 12.028/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e Arnaldo Silva, em que requerem sejam encaminhadas à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – as notas taquigráficas da 13ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os procedimentos adotados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco – no Município de Uberlândia, que se inserem diretamente no campo de interesse da segurança pública e do combate à criminalidade no referido município, bem como o áudio e o vídeo da referida reunião, para conhecimento;

nº 12.029/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e Arnaldo Silva, em que requerem sejam encaminhadas ao Sindicato dos Servidores da Polícia Civil – Sindpol – e à Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais as notas taquigráficas da 13ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os procedimentos adotados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco – no Município de Uberlândia, que se inserem diretamente no campo de interesse da segurança pública e do combate à criminalidade no referido município, para conhecimento, bem como o áudio e o vídeo da referida reunião, para conhecimento;

nº 12.030/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e Arnaldo Silva, em que requerem sejam encaminhadas ao procurador-geral de Justiça, ao juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais e ao Sindicato dos Delegados de Polícia de Minas Gerais – Sindepominas – as notas taquigráficas da 13ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os procedimentos adotados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco – no Município de Uberlândia, que se inserem diretamente no campo de interesse da segurança pública e do combate à criminalidade no referido município, bem como o áudio e o vídeo da referida reunião, para conhecimento;

nº 12.040/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a atuação da Polícia Legislativa desta Casa, tendo em vista, em especial, seu efetivo treinamento e o seu suporte logístico e estratégico;

nº 12.041/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e Arnaldo Silva, em que requerem seja encaminhado ao Conselho Nacional do Ministério Público e à Corregedoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais as notas taquigráficas da 13ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os procedimentos adotados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco – no Município de Uberlândia, que se inserem diretamente no campo de interesse da segurança pública e do combate à criminalidade no referido município, bem como o áudio e o vídeo da referida reunião, para conhecimento e providências disciplinares relacionadas à referida atuação;

nº 12.042/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – pedido de providências para que seja escutado e incluído no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas – Provita – o Sr. Erick Conceição Menezes, tendo em vista seus relatos relacionados aos procedimentos adotados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco –, no Município de Uberlândia.

A presidência destina a 3ª Fase da 2ª Parte da reunião para ouvir cidadãos, nos termos do art. 131, § 4º, do Regimento Interno. São ouvidos a Sra. Aline Andrade Rodrigues, agente de segurança socioeducativa e o Sr. Alex Batista Gomes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindsisemg. Logo após, é recebido e aprovado, o requerimento nº 12.043/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o teor da Resolução Sesp nº 18, de 25/4/2018, convocando-se para a mencionada reunião o secretário adjunto da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Biel Rocha, e a subsecretária de

Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Camila Barbosa Neves, tendo em vista a grave situação relatada por agente do sistema socioeducativo durante reunião desta comissão, em 29/5/2018, incluindo a violação da dignidade das agentes envolvidas durante os procedimentos de revista, bem como as ameaças de instauração imediata de procedimentos administrativos disciplinares contra essas profissionais.

A presidência, em virtude do não comparecimento dos convidados, deixa de abrir a 3ª Parte da reunião, que corresponde a audiência pública. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Paulo Guedes.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49/2018 NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/5/2018

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Glaycon Franco e Cristiano Silveira (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão. Registra-se a presença da deputada Ione Pinheiro e do deputado Sargento Rodrigues. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Durval Ângelo para presidente e do deputado Glaycon Franco para vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos para presidente o deputado Durval Ângelo, e para vice-presidente deputado Glaycon Franco, por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e empossa o vice-presidente eleito, a quem passa a direção dos trabalhos. A seguir, o vice-presidente empossa como presidente o deputado Durval Ângelo, o qual avoca a si a relatoria da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião especial prevista para esta mesma data, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2018.

Durval Ângelo, presidente – Cristiano Silveira – Glaycon Franco – Celise Laviola – Ione Pinheiro.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/5/2018

Às 10h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Glaycon Franco, Dilzon Melo e Cristiano Silveira (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de e-mail da Sra. Cynthia Mesquita Beltrão, que expressa manifestação contrária ao Projeto de Lei nº 5.188/2018. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.809/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.976/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Segurança Pública para debater, em Brasília, os conflitos gerados pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST – com as invasões em várias regiões do Estado;

nº 12.011/2018, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pelo significativo trabalho que tem desenvolvido em benefício do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;

nº 12.012/2018, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará, à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, pedido de providências para que se fiscalize a instalação do empreendimento Parque Residencial Espanha, no Bairro Novo Horizonte, em Sabará, considerando-se denúncias de degradação das nascentes do Córrego Cachorro Magro;

nº 12.013/2018, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre a atual situação do Bosque Modelo, criado pelo Decreto nº 4.939, de 1956, e do Parque Estadual Wenceslau Brás, criado pela Lei nº 7.401, de 1977.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2018.

Glaycon Franco, presidente – Dilzon Melo – Marília Campos.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/6/2018

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes, João Leite e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater ações de inteligência e prevenção de explosões, roubos a mão armada, sequestros, arrombamentos e outros crimes em agências de cooperativas de crédito mineiras. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.055/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à remoção da Sd. PM Poliana Veloso de Oliveira e Souza, nº 169841-4, lotada no 1º Grupamento do 1º Pelotão da 929ª Companhia do 64º Batalhão da 18ª Região da Polícia Militar, no Município Campos Gerais, para a cidade de Montes Claros ou outra localidade próxima;

nº 12.056/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas à remoção do policial civil Leandro Martins Oliveira, escrivão de polícia II, Masp 1.233.088-2, lotado na Delegacia de Polícia de Fronteira, para a cidade de Frutal;

nº 12.057/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas à remoção da policial civil Maíra Dias Cândido, investigadora de polícia I, Masp 1.375.381-9, lotada na 6ª Delegacia de Polícia de Passa-Tempo, para esta capital ou outra localidade próxima;

nº 12.069/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à remoção da Sd. PM Joyce Cristina Ferreira Pereira, nº 175094-2, para a cidade de Oliveira;

nº 12.101/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater a situação dos moradores das unidades residenciais do programa Lares Geraes;

nº 12.107/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada reunião de convidados para a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a HR Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda. pela conquista do Selo Resgata de Responsabilidade Social;

nº 12.108/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à remoção do Cb. PM Fernando Luiz Vieira Alkmin, lotado no 3º Pelotão da 288ª Companhia do 62º Batalhão da 12ª Região da Polícia Militar, em Ipanema, para o 32º Batalhão da 9ª Região de Polícia Militar de Uberlândia.

É adiada a votação, atendendo-se a requerimento do deputado Paulo Guedes, aprovado pela comissão, do Requerimento nº 12.106/2018, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que se abstenha de apresentar propaganda oficial com índices de redução de violência no Estado, em face da discrepância existente em relação aos números apresentados pelos órgãos de imprensa. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Gustavo Adélio Lara Ferreira, chefe adjunto de Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, representando o chefe da PCMG; Carlos Capistrano, superintendente de investigações e polícia judiciária da PCMG; Kleyverson Rezende, superintendente de informações e inteligência policial da PCMG; Rodrigo Macedo de Bustamante, chefe do Departamento de Crimes Contra o Patrimônio da PCMG; Ramon Sandoli de Aguiar Lisboa, delegado titular da Delegacia Antissequestro da PCMG; Walder Nascimento Vieira, chefe do serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal, representando o superintendente regional dessa corporação; o Sgt. PM Michael André Santos, diretor de Assuntos Institucionais da PMMG, representando o presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS; Geraldo Magela da Silva, analista institucional do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Sistema Ocemg; Geraldo Souza Ribeiro Filho, presidente do Conselho de Administração do Sicoob Central Crediminas; Elson Rocha Justino, diretor-superintendente de apoio a negócios do Sicoob Central Crediminas; Geraldo Martins Alves, superintendente financeiro e de negócios do Sicoob Central Cecremge; Luiz Rodrigues Rosa, diretor-presidente da Cooperativa de Crédito dos Servidores Militares, Polícia Civil e da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais – Sicoob Coopemg; e Wagner Dias da Silva, diretor-geral do Sicoob Cofal. A presidência concede a palavra ao deputado Antonio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – Paulo Guedes – Duarte Bechir.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/6/2018

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Celinho do Sinttrocel (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM) e Elismar Prado (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano

Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Mônica Alessandra Machado Gomes Alves, juíza de direito, publicado no *Diário do Legislativo* em 31/5/2018, agradecendo convite para participar de visita da Comissão de Direitos Humanos à Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior, em Unaí, e comunicando a impossibilidade de seu comparecimento. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.074/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a implementação do Plano Estadual de Direitos Humanos e das políticas públicas em direitos humanos de forma transversal em todos os órgãos e secretarias do Estado;

nº 12.075/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que não sejam concedidos licenciamentos ambientais sem a realização de consulta prévia às comunidades tradicionais que poderiam ser atingidas por esses licenciamentos; e seja analisada a suspensão daqueles que foram concedidos sem essa prévia consulta, conforme demanda apresentada na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2018;

nº 12.076/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH – do Ministério Público e à Polícia Civil pedido de providências para se averiguarem as denúncias relativas à ação de milícias no Estado, com envolvimento de empresas privadas de segurança e agentes de segurança pública, apresentadas na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2018;

nº 12.077/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Ouvidoria de Fazenda, Patrimônio e Licitações Públicas, à Seção de Apoio aos Direitos Humanos da Polícia Militar de Minas Gerais, à Superintendência de Polícia Judiciária da Polícia Civil de Minas Gerais e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH – do Ministério Público pedido de providências com vistas a se averiguarem as denúncias de ausência de notificação e de investigação de crimes contra defensores de direitos humanos, especialmente aqueles praticados por agentes do Estado, conforme demanda apresentada na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2018;

nº 12.078/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo das Polícias Militar e Civil no Município de Conceição do Mato Dentro, consideradas as denúncias apresentadas na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2018;

nº 12.079/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a ampliação dos recursos financeiros destinados ao Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PPDDH –, conforme demanda apresentada na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2018;

nº 12.080/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – e à Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais pedido de providências com vistas à implementação de ações de melhorias nas políticas de educação, saneamento básico e saúde na comunidade quilombola Brejo dos Crioulos, que se estende pelos Municípios de São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia, no Norte do Estado, conforme demandas apresentadas na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2018;

nº 12.081/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Superintendência do Incra-MG pedido de providências para a regularização fundiária da comunidade quilombola Brejo dos Crioulos,

que se estende pelos Municípios de São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia, no Norte do Estado, conforme demanda apresentada na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2018;

nº 12.082/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que seja fornecida assistência técnica necessária e regular à Comunidade Tradicional de Cabeceira da Piabanha, localizada no Parque Estadual do Alto Cariri, no Município de Salto da Divisa, conforme demanda apresentada na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2018;

nº 12.083/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas ao subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, ao assessor institucional da Defensoria Pública Geral, ao ouvidor de Fazenda, Patrimônio e Licitações Públicas, ao chefe da Seção de Apoio aos Direitos Humanos da PMMG, ao superintendente de Polícia Judiciária da PCMG, à diretora de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Cidadania, ao coordenador do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, ao diretor e coordenador-geral de Projetos do Instituto DH, ao diretor da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Nova Central Sindical de Trabalhadores, à secretária da comunidade quilombola Baú, ao representante do Grupo de Apoio de Direitos Humanos de Salto da Divisa, à coordenadora do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - Instituto DH-, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário - CAO-DH -, à coordenação da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários, à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda –, à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Superintendência do Incra-MG e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2018, para conhecimento;

nº 12.114/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a superlotação da carceragem da Delegacia da Criança e do Adolescente de Contagem – Dopcad –, bem como as condições precárias no local em que os adolescentes cumprem internação em desacordo com as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase;

nº 12.139/2018, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater as reivindicações dos professores da rede municipal de ensino infantil de Belo Horizonte, em greve desde o dia 23 de abril;

nº 12.140/2018, do deputado Rogério Correia, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que seja aberta a negociação com os professores da rede municipal de ensino infantil de Belo Horizonte, em greve desde o dia 23 de abril.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2018.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/6/2018

Às 9h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Rogério Correia e Fred Costa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater as reivindicações dos professores da rede municipal de ensino infantil de Belo Horizonte, em greve desde o dia 23 de

abril, tendo em vista que a greve é um direito humano fundamental e universal, e a receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria da Conceição de Oliveira, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte – Sind-Rede –, e Maria Antonieta Viana, professora da Educação Infantil da Rede Municipal de Belo Horizonte; e os Srs. Paulo Pimenta, deputado federal; Gilson Reis, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Paulo Henrique Santos Fonseca, diretor de Comunicação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2018.

Cristiano Silveira, presidente – Durval Ângelo – João Magalhães.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 13/6/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado como relator em Plenário, o deputado Durval Ângelo opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968; 5.960, de 1º de agosto de 1972; 6.763, de 26 de dezembro de 1975; 11.363, de 29 de dezembro de 1993; 14.699, de 6 de agosto de 2003; 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 14.940, de 29 de dezembro de 2003; 14.941, de 29 de dezembro de 2003; 15.424, de 30

de dezembro de 2004; 15.464, de 13 de janeiro de 2005; 19.976, de 27 de dezembro de 2011; 20.922, de 16 de outubro de 2013; 21.735, de 3 de agosto de 2015; 21.972, de 21 de janeiro de 2016; 22.257, de 27 de julho de 2016; 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos *sites* governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 13/6/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a violência policial em territórios periféricos da cidade de Belo Horizonte.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/6/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.637/2016, do deputado Dilzon Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/6/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 10.902/2018, do deputado Fábio Cherem.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/6/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.781/2016, do deputado Léo Portela; 3.930/2016, do deputado Doutor Jean Freire; e Mensagem n° 353/2018, do governador do Estado.

No 1º turno: Proposta de Emenda à Constituição n° 46/2017, do deputado Sargento Rodrigues e outros; Projetos de Lei n°s 496/2015, do deputado Fred Costa; 1.223/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.686/2015, do deputado Gustavo Corrêa; 3.831/2016, do deputado Gilberto Abramo; 184 e 810/2015, do deputado Fred Costa; 1.854, 2.546 e 2.593/2015, do deputado Bosco; 2.613/2015, do deputado Ricardo Faria; 2.680/2015, do deputado Leonídio Bouças; 2.840/2015, do deputado Isauro Calais; 3.007/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.678/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho; 3.688/2016, do deputado Cristiano Silveira; 3.920/2016, do deputado Rogério Correia; 4.039/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.631, 4.876, 4.877/2017, do governador do Estado; 4.904/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.937/2018, do deputado Antônio Jorge; 5.011 e 5.012/2018, do governador do Estado; 5.027/2018, do deputado Inácio Franco; e 5.037/2018, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 2.907/2015, do deputado Carlos Pimenta; 3.857/2016, do deputado Braulio Braz; 4.164/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.194/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago; 4.407/2017, do deputado Roberto Andrade; 4.611/2017, do deputado Gustavo Valadares; 4.757/2017, do deputado Dirceu Ribeiro; 4.787/2017, do deputado Anselmo José Domingos; 4.900/2018, do deputado João Leite; 4.932/2018, do deputado Cristiano Silveira; 4.977/2018, do deputado Inácio Franco; 5.028/2018, do deputado Braulio Braz; e 5.044/2018, do deputado Paulo Guedes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/6/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/6/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 4.019/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.162 e 4.548/2017, do deputado Roberto Andrade; 4.488/2017, do deputado Ulysses Gomes; 4.692/2017, do deputado Lafayette de Andrada; 4.696/2017, do deputado Tony Carlos; e 4.978/2018, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 10.883, 10.995 e 10.997/2018, do deputado Duarte Bechir; 10.928/2018, da Comissão de Direitos Humanos; 11.000/2018, do deputado Léo Portela; e 11.060/2018, do deputado Gil Pereira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 13/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 13/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/6/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 10 horas do dia 13 de junho de 2018, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968, 5.960, de 1º de agosto de 1972, 6.763, de 26 de dezembro de 1975, 11.363, de 29 de dezembro de 1993, 14.699, de 6 de agosto de 2003, 14.937, de 23 de dezembro de 2003, 14.940, de 29 de dezembro de 2003, 14.941, de 29 de dezembro de 2003, 15.424, de 30 de dezembro de 2004, 15.464, de 13 de janeiro de 2005, 19.976, de 27 de dezembro de 2011, 20.922, de 16 de outubro de 2013, 21.735, de 3 de agosto de 2015, 21.972, de 21 de janeiro de 2016, 22.257, de 27 de julho de 2016, 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências; à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876; à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado; à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências; à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas; à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos sites governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos; à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário; à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado; à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar; à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado; à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004; à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes; à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato; à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política

Estadual de Cultura Viva e dá outras providências; e à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de junho de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Marília Campos e os deputados Roberto Andrade e Antonio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/6/2018, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2018.

João Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados André Quintão, Coronel Piccinini e Nozinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2018, às 18 horas, em Caeté, com a finalidade de, em audiência pública, debater o cronograma da obra de pavimentação da Rodovia MGC-262, Caeté-Barão de Cocais, a geração de empregos e renda na região, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2018.

Celinho do Sinttrocel, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49/2018

Comissão Especial

Relatório

De autoria de um terço dos membros da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e tendo como primeiro signatário o deputado Rogério Correia, a Proposta de Emenda à Constituição nº 49/2018 acrescenta o art. 201-A à Constituição do Estado.

Publicada no *Diário do Legislativo*, em 19/4/2018, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e à Comissão Especial. A primeira comissão concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposta na forma original.

Vem agora a proposta a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 201, I, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise objetiva acrescentar à Constituição do Estado o art. 201-A, com o intuito de garantir que o vencimento inicial das carreiras de Professor de Educação Básica, Especialista em Educação Básica e Analista Educacional com função de inspetor escolar não seja inferior ao Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN – dos profissionais do magistério público

da educação básica, nos termos da Lei Federal nº 11.738, de 2008, para as cargas horárias a que se refere a Lei nº 21.710, de 2015. Além disso, a proposta visa determinar reajustes nos vencimentos das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, na mesma periodicidade das atualizações do PSPN e em decorrência delas.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça não apontou óbices de natureza jurídico-constitucional a embarçar a tramitação regular da matéria. A esta comissão de mérito impõe-se a tarefa de avaliar a proposta sob perspectivas mais abrangentes, com a finalidade de explicitar com clareza seus potenciais significados e alcances e avaliar a sua pertinência.

Faz-se necessário, primeiramente, perscrutar alguns aspectos contextuais relevantes nessa discussão, essencialmente os relativos à instituição do piso salarial nacional do magistério público e seu impacto na política educacional brasileira e mineira, bem como avaliar como a legislação estadual e as políticas de valorização dos profissionais de educação têm tratado as temáticas relativas à formação dos quadros de servidores da educação em face das normas federais. Esse exercício também poderá auxiliar na compreensão da proposta em exame no tocante às suas condições de aplicabilidade e efetividade em relação à configuração da administração pública estadual e à realidade conjuntural do Estado.

Constatação frequentemente reafirmada na literatura acadêmica e partilhada no senso comum é a de que as baixas remunerações da atividade docente impactam negativamente não apenas a vida do profissional mas os resultados globais da educação, pois a desvalorização da carreira de magistério é um dos principais fatores a repercutir na qualidade da educação pública. Com a baixa remuneração, não se consegue atrair os profissionais mais bem preparados nem motivar o aprimoramento da formação dos docentes. Decorrente da baixa atratividade da carreira docente, o déficit de professores no ensino médio alcançou o número de 32 mil em 2014 no Brasil e pode ser verificado em todos os estados da Federação, como demonstrou o estudo “Ensino Médio no Brasil”, realizado pelo Tribunal de Contas da União. O estudo apontou ainda a especial carência de professores com formação em ciências exatas, sobretudo nos conteúdos de física e química, categoria que representa 45% do déficit mencionado.

Segundo dados do IBGE/PNAD, em 2015 o rendimento médio dos professores de educação básica representava 52,5% do rendimento médio dos demais profissionais com a mesma escolaridade. Em um comparativo internacional, é oportuno mencionar o estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE –, *Education at a Glance*, de 2014, que revelou que, entre os países-membros da organização, a média salarial do professor é aproximadamente três vezes maior que a do docente brasileiro.

A baixa remuneração provoca outro fenômeno que impacta negativamente a qualidade da educação: jornadas de trabalho duplicadas redundam em mais afastamentos por problemas de saúde, ocasionando descontinuidade e instabilidade na prestação dos serviços educacionais. Em Minas Gerais aproximadamente 30% dos professores da rede estadual trabalhavam, em 2015, em mais de um estabelecimento de ensino, segundo dados do Censo Escolar/MEC.

O agravamento das condições descritas, especialmente na última década, foi o sustentáculo para que temas específicos de valorização da carreira de magistério constituíssem 4 das 20 metas do Plano Nacional de Educação para 2014-2024, Lei nº 13.005, de 2014. A Meta 17 prevê elevação progressiva do rendimento médio desses profissionais de forma a equipará-los aos rendimentos de profissionais de outras áreas com escolaridade equivalente. O piso salarial nacional e a implementação dos planos de carreira, além da ampliação da assistência da União para auxiliar o cumprimento da meta por estados e municípios, especialmente com relação ao PSPN, são as estratégias para alcançar esse intento.

Na Constituição de 1988 a instituição de um piso salarial para o magistério público já figurava originalmente como um dos princípios basilares da educação. A designação de “piso salarial profissional nacional” – comumente abreviado PSPN – foi cunhada no novo inciso VIII do art. 206 pela Emenda à Constituição Federal nº 53, de 2006. O inciso V do art. 206, na forma original e na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, previa apenas o “piso salarial profissional” vinculado aos planos de carreira,

deixando, assim, a critério de estados e municípios a definição do piso na organização das carreiras dos profissionais de educação básica a eles vinculadas.

A ideia de se estabelecer um piso salarial nacional para remunerar equitativamente os educadores brasileiros nas distintas regiões do País permeou os debates da política educacional em diversos momentos ao longo da história, mas teve seu fulcro na Emenda Constitucional nº 53, já mencionada, que viabilizou a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – Fundeb. O fundo possibilitaria manter uma fonte de financiamento perene e abrangente para todos os níveis da educação básica, de forma a dar concretude ao intento de valorização dos quadros profissionais do setor iniciada na vigência do antigo Fundef.

Dessa forma dispõe a Constituição Federal, em seu art. 206:

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único – A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

Por meio da alínea “e” do inciso III do art. 60 do ADCT, a Emenda Constitucional nº 53 determinou também que lei deveria dispor sobre:

“Art. 60 – (...)

III – (...)

e) prazo para fixar, em lei específica, piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;”.

A Lei nº 11.738, de 2008, que regulamentou o PSPN, veio, assim, a atender às citadas determinações constitucionais, dispondo ainda sobre a definição de profissionais de magistério público para os efeitos da aplicação do PSPN, a ser observada por todos os entes federativos:

“Art. 2º: (...).

§ 2º - Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.”.

Exposto o contexto da matéria em nível nacional, passamos a expor a realidade do Estado em face de seus quadros de servidores da educação pública, de forma a facilitar a compreensão do significado e da abrangência da demanda que fundamenta a proposta ora analisada.

A Lei Estadual nº 15.293, de 2004, instituiu as atuais carreiras dos profissionais de educação básica atualmente em vigor no Estado. Contrariamente à legislação anterior, a configuração das carreiras não confere tratamento legal distinto entre os profissionais de magistério e outros profissionais que desempenham funções diversas nas unidades de ensino e nos órgãos de educação, mas que contribuem efetivamente para a consecução das políticas educacionais. Nas tabelas de correlação de cargos conforme a Lei nº 15.293, de 2004, as classes de Supervisor Pedagógico, Orientador Educacional e Administrador Educacional foram transformadas na carreira de Especialista em Educação Básica – EEB. Os inspetores escolares foram enquadrados na carreira de Analista Educacional – ANE.

Assim, são essas as atuais designações das carreiras de magistério do Estado. Tal informação é importante para a compreensão da delimitação das carreiras específicas de magistério contida no *caput* do art. 201-A da proposta em análise.

O que se pretende com a proposição em apreço é garantir, de forma perene, um direito já assegurado em norma federal aos profissionais de magistério. Busca-se, ainda, preservar a unicidade do conjunto das carreiras dos profissionais de educação, quando se estabelece, no parágrafo único do art. 201-A, que os reajustes do PSPN se estendem a todo o grupo de atividades de educação básica. Essa determinação está de acordo com a concepção de profissionais de educação introduzida pela Lei nº 15.293, de 2004, ao zelar pela integridade e uniformidade da carreira da educação no Estado e garantir a continuidade da política remuneratória instituída a partir de 2015 pela Lei nº 21.710.

A aprovação da Lei nº 21.710, de 2015, veio ratificar um acordo entre o atual governo do Estado e representantes sindicais dos profissionais de educação básica para implementar significativas mudanças na política remuneratória da categoria. As principais inovações visaram a atualizar a remuneração de forma alinhada ao previsto na Lei nº 11.738, de 2008, que instituiu o PSPN, e revogar o regime remuneratório na forma de subsídio, instituído pela Lei nº 18.975, de 2010, que vigorou entre janeiro de 2011 e junho de 2015. Assim, mediante alteração da sistemática das carreiras, de maneira a preservar a distinção entre vencimentos iniciais e outras vantagens remuneratórias, a Lei nº 21.710 readequou as tabelas de remuneração e previu abonos com parcelas incorporáveis até 2018, com vistas a integralizar os valores dos vencimentos conforme o piso salarial vigente em nível federal, assegurando-se, inclusive, que as carreiras com jornadas semanais de 24 horas seriam beneficiadas com o valor integral estabelecido para o PSPN.

Posteriormente, por meio da Lei nº 22.062, de 2016, foram reajustados os vencimentos de todas as carreiras e dos abonos conforme o índice de correção do valor do PSPN, ou seja, em 11,36%, com vigência a partir 1º de janeiro de 2016. O reajuste elevou o vencimento inicial de professor de R\$1.455,30 para R\$1.620,62. Com a incorporação de três dos quatro abonos previstos, o vencimento inicial da carreira de professor da educação básica, com jornada de 24 horas semanais, é atualmente de R\$ 1.982,54. A última incorporação de abono está prevista para julho de 2018, o que elevará o vencimento para R\$2.135,64. Para que os respectivos valores fiquem atualizados é necessário ainda efetuar reajustes de 7,64 e 6,81% referentes à atualização do PSPN de 2017 e 2018, respectivamente, mantendo-se o compromisso de realizar os ajustes anualmente, como determina a Lei Federal nº 11.738, de 2008.

A proposta de emenda à Constituição Estadual ora analisada poderá configurar um instrumento definitivo para assegurar estabilidade e continuidade à nova política remuneratória, que tem o mérito de promover a valorização dos profissionais de educação, em consonância com um dos princípios basilares da educação pública na Constituição da República, que é a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional. Enfim, é vital que a educação possa contar com uma política de Estado que não se sujeite à discricionariedade dos governos. Entendemos, todavia, ser necessário promover algumas adequações para conferir maior clareza e efetividade aos comandos instituídos pela futura emenda.

Primeiramente, propomos a supressão da menção a leis ordinárias, inclusive à Lei Federal nº 11.738, no texto da proposta de emenda, uma vez que elas podem ser revogadas por outras leis ou substancialmente modificadas, o que geraria lacunas no texto constitucional e prejudicaria sua exequibilidade, causando insegurança jurídica.

Como consequência dessa alteração, é preciso deixar claro que o valor integral do PSPN, com as devidas atualizações, deve ser considerado para a fixação do vencimento inicial das carreiras dos profissionais de magistério da Educação Básica, explicitando-se que a norma se aplica também aos cargos com jornadas de 24 horas semanais, em conformidade com a política remuneratória adotada a partir de 2015.

Por fim, para que não restem dúvidas quanto à abrangência do § 2º do art. 201-A, dispositivo que estende os reajustes conforme as atualizações do PSPN a todos os profissionais de educação básica, propomos que sejam nomeadas as carreiras que integram atualmente o Grupo de Atividades de Educação Básica do Estado, explicitando-se que os reajustes concedidos em face das atualizações do piso nacional seguem a mesma periodicidade e percentual instituídos pela norma federal.

Com vistas a promover as adequações mencionadas, apresentamos o Substitutivo nº 1 à proposta de emenda à constituição ora analisada.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 49/2018, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Acrescenta o art. 201-A à Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica acrescentado à Constituição do Estado o seguinte art. 201-A:

“Art. 201-A – O vencimento inicial das carreiras dos profissionais de magistério da educação básica não será inferior ao valor integral vigente, com as atualizações, do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica previsto no inciso VIII do *caput* do art. 206 da Constituição da República.

§ 1º – Considera-se como jornada de trabalho, para fins de percepção integral do piso salarial a que se refere o *caput*, a jornada de vinte e quatro horas-aula semanais.

§ 2º – Serão reajustados na mesma periodicidade e no mesmo percentual adotados para a atualização do piso salarial a que se refere o *caput* os valores de vencimento das carreiras de Professor de Educação Básica – PEB –, Especialista em Educação Básica – EEB –, Analista de Educação Básica – AEB –, Assistente Técnico de Educação Básica – ATB –, Técnico da Educação – TDE –, Analista Educacional – ANE –, Assistente de Educação – ASE – e Auxiliar de Serviços de Educação Básica – ASB –, sem prejuízo de revisão geral ou outros reajustes.”.

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2018.

Durval Ângelo, presidente e relator – Celise Laviola – Ione Pinheiro – Glaycon Franco.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam e na Companhia Independente de Policiamento com Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/11/2017, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 80kg de maconha (Requerimento nº 9.680/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 29º Batalhão de Polícia Militar e na 18ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/11/2017, em Poços de Caldas, que resultou na apreensão de três menores e de drogas, armas, munição e quantia em dinheiro (Requerimento nº 9.681/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 62º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/11/2017, em Caratinga, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro, balança e material para embalar drogas e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 9.682/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 12º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/11/2017, em Passos, que resultou na apreensão de drogas e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 9.683/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 26ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/12/2017, em Itaobim, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo, munição e quantia em dinheiro e na detenção de seis pessoas (Requerimento nº 9.769/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/11/2017, em Itaúna, que resultou na apreensão de 10kg de maconha (Requerimento nº 9.770/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/12/2017, em Belo Horizonte, quando fizeram o parto de uma criança dentro da viatura (Requerimento nº 9.771/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o soldado Walter de Freitas Rodrigues, lotado no 61º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/12/2017, em Sabará, quando entrou em uma casa em chamas e salvou uma criança de cinco anos (Requerimento nº 9.772/2017, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 38º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/12/2017, em São João del-Rei, que resultou na apreensão de drogas e duas balanças de precisão e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 9.798/2017, do deputado Cabo Júlio);

de pesar pelo falecimento de Neide Sávio de Oliveira (Requerimento nº 10.407/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com a comunidade de Baependi pelo 162º aniversário desse município (Requerimento nº 10.678/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Carvalhópolis pelo 106º aniversário desse município (Requerimento nº 10.679/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela operação realizada em 13/4/2018, em Salinas, que resultou na prisão de dois indivíduos suspeitos da autoria do crime de roubo à agência local dos Correios e na apreensão de cerca de R\$10.000,00, um revólver calibre 32 com duas munições intactas, uma motocicleta e um telefone celular (Requerimento nº 10.696/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pelo excelente trabalho realizado na comunidade do Município de Corinto, em extensão ao registro já feito no Requerimento nº 8.794/2014 (Requerimento nº 10.704/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pela prisão dos envolvidos em crimes de roubo nos Municípios de Itamarandiba e Carbonita (Requerimento nº 10.705/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais rodoviários federais que participaram da ação realizada em 19/4/2018, próximo ao Município de São Gonçalo do Sapucaí, em que foram apreendidos dezoito mil comprimidos de *ecstasy* (Requerimento nº 10.720/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com Carlos Alberto Nogueira, Adeilton de Souza Rocha e Anita Fernandes Tocafundo pelos relevantes serviços prestados na direção do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais – Sindasp-MG (Requerimento nº 10.728/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Escola Estadual Professor Raymundo Martiniano Ferreira, de Ponte Nova, por ter sido selecionada para a segunda edição do programa Meu Primeiro Negócio (Requerimento nº 10.733/2018, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com Escola Estadual Coronel José Idelfonso, de Piranga, por ter sido selecionada para a segunda edição do programa Meu Primeiro Negócio (Requerimento nº 10.734/2018, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a Escola Estadual Padre Afonso de Lemos, de Ouro Preto, por ter sido selecionada para a segunda edição do programa Meu Primeiro Negócio (Requerimento nº 10.735/2018, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a Escola Estadual Professor Cândido Gomes, de Alvinópolis, por ter sido selecionada para a segunda edição do programa Meu Primeiro Negócio (Requerimento nº 10.736/2018, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a Escola Estadual Odilon Behrens, de Barão de Cocais, por ter sido selecionada para a segunda edição do programa Meu Primeiro Negócio (Requerimento nº 10.737/2018, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a Escola Estadual Cônego Luiz Vieira da Silva, de Ouro Branco, por ter sido selecionada para a segunda edição do programa Meu Primeiro Negócio (Requerimento nº 10.738/2018, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a Escola Estadual José Leandro, de Ouro Preto, por ter sido selecionada para a segunda edição do programa Meu Primeiro Negócio (Requerimento nº 10.739/2018, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a Escola Estadual Santa Rita de Cássia, de Viçosa, por ter sido escolhida para a segunda edição do programa Meu Primeiro Negócio (Requerimento nº 10.740/2018, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a Escola Estadual Effie Rolfs, de Viçosa, por ter sido selecionada para a segunda edição do programa Meu Primeiro Negócio (Requerimento nº 10.741/2018, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a Escola Estadual Dr. Raimundo Alves Torres, de Viçosa, por ter sido selecionada para a segunda edição do programa Meu Primeiro Negócio (Requerimento nº 10.742/2018, do deputado Thiago Cota);

de pesar pelo falecimento de Jefferson Gonçalves Mendes – Jeffinho –, prefeito de Santa Rita do Sapucaí (Requerimento nº 10.746/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Marcelo Bregagnoli pela reeleição para o cargo de reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Requerimento nº 10.750/2018, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com o Sr. Carlos Henrique Rodrigues Reinato por sua eleição para o cargo de diretor-geral do Câmpus Machado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Requerimento nº 10.751/2018, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com o Sr. Renato Aparecido de Souza por sua eleição como diretor-geral do Câmpus Muzambinho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Requerimento nº 10.753/2018, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com o Sr. Thiago Caproni Tavares por sua eleição para o cargo de diretor-geral do Câmpus Poços de Caldas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Requerimento nº 10.754/2018, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com o Sr. João Paulo de Toledo Gomes por sua eleição para o cargo de diretor-geral do Câmpus Passos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Requerimento nº 10.755/2018, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com a Sra. Mariana Felicetti Rezende por sua eleição para o cargo de diretora-geral do Câmpus Pouso Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Requerimento nº 10.756/2018, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com a comunidade de Bom Despacho pelo 106º aniversário desse município (Requerimento nº 10.758/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Brasilândia de Minas pelo 23º aniversário desse município (Requerimento nº 10.759/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Capinópolis pelo 65º aniversário desse município (Requerimento nº 10.760/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Indianópolis pelo 80º aniversário desse município (Requerimento nº 10.761/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Limeira do Oeste pelo 50º aniversário desse município (Requerimento nº 10.762/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Formiga pelo 160º aniversário desse município (Requerimento nº 10.763/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Tupaciguara pelo 106º aniversário desse município (Requerimento nº 10.764/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Patos de Minas pelo 126º aniversário desse município (Requerimento nº 10.765/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Santa Vitória pelo 70º aniversário desse município (Requerimento nº 10.766/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 25/4/2018, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de 15 pessoas e na apreensão de 45 máquinas de caça-níqueis e uma réplica de arma de fogo (Requerimento nº 10.769/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a direção, os professores, os servidores administrativos e os alunos da Escola Estadual Maria de Lucca Pinto Coelho pelos 90 anos de sua fundação (Requerimento nº 10.776/2018, da Comissão de Administração Pública);

de congratulações com a comunidade de Cristina pelo 168º aniversário desse município (Requerimento nº 10.803/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Cambuí pelo 126º aniversário desse município (Requerimento nº 10.804/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Cambuquira pelo 109º aniversário desse município (Requerimento nº 10.805/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Pedralva pelo 131º aniversário desse município (Requerimento nº 10.806/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Camanducaia pelo 150º aniversário desse município (Requerimento nº 10.808/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. José Vitor de Resende Aguiar pelos relevantes serviços prestados na Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Requerimento nº 10.809/2018, do deputado Leonídio Bouças);

de congratulações com os policiais militares que menciona, pela atuação na ocorrência, em 1º/5/2018, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de 270 barras de substância análoga a maconha e quatro porções dessa substância (Requerimento nº 10.813/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a comunidade de Santa Rita do Sapucaí pelo 126º aniversário desse município (Requerimento nº 10.826/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo dos Reis Ribeiro (Requerimento nº 10.830/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com os produtores de queijo da região do Alto Paranaíba pela classificação na etapa Araxá-2018 para o 11º Concurso Estadual do Queijo Minas Artesanal, a ser realizado no dia 2/6/2018, em São Roque de Minas (Requerimento nº 10.834/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência em 22/2/2018, no Município de Poços de Caldas, quando socorreram uma menina de dois anos, que estava em crise convulsiva, impedindo, assim, seu óbito (Requerimento nº 10.837/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Sra. Jacqueline Ferraz de Oliveira pelo brilhante trabalho que vem realizando como chefe do Instituto de Identificação da Polícia Civil de Minas Gerais e pela iniciativa da resolução que estabelece a emissão de documento de identidade com nome social no Estado (Requerimento nº 10.839/2018, do deputado Cristiano Silveira);

de congratulações com a Universidade Federal de Uberlândia – UFU – pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 10.843/2018, do deputado Felipe Attiê);

de congratulações com Maysa Pinto Ribeiro, aluna do 8º ano da Escola Estadual Professor Souza Nilo, de Itanhandu, por sua classificação em terceiro lugar na etapa estadual do 47º Concurso Internacional de Redação de Cartas para Jovens no Brasil, com o diretor João Carlos de Assis e toda sua equipe e com a professora responsável, Magali Silva de Assis (Requerimento nº 10.845/2018, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com a Associação dos Ruralistas do Alto Paranaíba pelos 78 anos de atuação em Araxá (Requerimento nº 10.847/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com a 141ª Companhia de Polícia Militar do 7º Batalhão da 7ª Região da Polícia Militar, na pessoa do Cb. PM Deivid Lopes Silva, pelos excelentes serviços prestados à comunidade de Dores do Indaiá no combate preventivo e ostensivo à criminalidade nesse município (Requerimento nº 10.857/2018, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Sr. Zenaido Fonseca, engenheiro agrônomo e extensionista da Emater-MG, em Arcos, pela criação do projeto Arca da Aliança Rural e Urbana Sustentável – Arus –, que traz a valorização do campo e do queijo de Minas Gerais por meio de atividades agroecopedagógicas com alunos da rede pública de ensino, e com as Sras. Irani Muniz Leão, extensionista, e Ângela Oliveira e Luciana Silva, funcionárias do setor administrativo, pelo desenvolvimento do projeto (Requerimento nº 10.878/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 3/5/2018, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de dois suspeitos de envolvimento no crime de roubo à carga dos Correios, na recuperação de 880 itens e na apreensão de uma arma de fogo (Requerimento nº 10.887/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a comunidade de Cristais pela comemoração dos 70 anos de emancipação política desse município (Requerimento nº 10.889/2018, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 12/5/2018, em Patrocínio, em que prestaram socorro a uma mulher, vítima de agressão por parte de seu ex-marido, apreenderam cartuchos e municionador de arma de fogo, dinheiro em espécie, celular e substância semelhante a cocaína (Requerimento nº 10.890/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Cb. PM Katia da Silva Sastre, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pela honrosa e corajosa ação perpetrada no dia 12/5/2018, quando impediu a ocorrência de roubo em frente à Escola Ferreira Masterno, em São Paulo (Requerimento nº 10.895/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Escola Estadual Professor Carlos Lúcio de Assis pelos 35 anos de sua fundação (Requerimento nº 10.915/2018, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Alessandro Amaro da Mata, delegado de polícia civil, pela realização da Operação Juízo Final, em Muriaé, em outubro de 2017 (Requerimento nº 10.916/2018, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg – e demais entidades organizadoras pela realização do 2º Festival do Queijo Minas Artesanal de Leite Cru, em Belo Horizonte, entre os dias 18 e 20/5/2018 (Requerimento nº 10.979/2018, da Comissão de Agropecuária).



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/6/2018

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Lafayette de Andrada, Srs. Deputados, deputada Geisa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos de Minas Gerais que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa, boa tarde.

Deputado Felipe Attiê, a verdade veio. Não acompanha a realidade do nosso estado a propaganda governamental na televisão e rádio. Toda comunicação do Estado de Minas Gerais traz uma realidade... O real aconteceu nesse final de semana, em Minas Gerais, arrebatando com o Sul do Estado, algo impressionante. Vejo a nossa população e também os nossos policiais que estão expostos a essa criminalidade violenta que está aí.

Os números em investimento nas Polícias Militar e Civil e nos sistemas penitenciário e socioeducativo mostram o que estamos vivendo no Estado de Minas Gerais. É lamentável! Aquela propaganda em que se gasta por ano R\$100.000.000,00 para dizer que o Estado tem segurança pública, que houve diminuição no número de crimes, ao ser confrontada com a realidade da população, é um desastre total. O governo está totalmente paralisado. Ontem foi muito triste assistir ao governador do Estado dizer que está atento. Atento a quê? Talvez tenhamos neste momento o governador mais ausente da história de Minas. Ele está desaparecido, escondido em um dos palácios, distante do Parlamento, distante da população, do diálogo, do entendimento. O Sul de Minas está em chamas. A estrutura da segurança de São Paulo, comparada com a de Minas Gerais, faz com que cidades como Tapira, na divisa entre esses dois estados, fique desprotegida. No governo anterior havia um cinturão de segurança pública, com maior estrutura, mas hoje há apenas dois policiais militares, um investigador da Polícia Civil e um delegado para atender a 10 cidades e enfrentar a violência em Jacutinga, Ouro Fino e outras cidades. Uma cidade de 200 mil habitantes precisa enfrentar a estrutura fortíssima de segurança pública de São Paulo. Os criminosos vêm para Minas Gerais, onde há dois policiais militares, um investigador e um delegado de polícia cuidando de 10 cidades.

E ficamos vendo a propaganda do governo pela televisão. É interessante como os sofistas são fortes na propaganda! Como enganam! A voz do locutor se parece com a voz do governador, para parecer que ele é que está falando para o povo de Minas Gerais. A realidade das ruas é uma população acuada, com medo; é uma polícia desassistida. Lá em Ilícínia, no Sul de Minas, através de requerimento do deputado Dilzon Melo, tivemos a tristeza de ouvir a mãe do Cb. Vaneli, metralhado na porta de uma lotérica, dizer que o filho havia dito há uma semana que o seu colete à prova de balas estava vencido há três anos. Colocar um policial ostensivo nas ruas de uma cidade que faz divisa com São Paulo com colete vencido? Essa é a realidade que os nossos policiais estão enfrentando. Fazer o que fizeram com o sistema penitenciário em Minas Gerais!

Eu já disse desta tribuna que, quando estava preocupado com as divisas do Estado e fui ao Exército, ouvi o seguinte: “Esqueça as divisas. Preocupe-se com o sistema penitenciário e com o sistema socioeducativo de Minas Gerais, que se encontra hoje dominado pelo PCC”. Na minha próxima fala vou trazer uma gravação feita dentro de penitenciária de Minas, mostrando o chefe do PCC comandando ataque, comandando morte de policiais, queima de viatura da polícia, acerto contra agentes penitenciários e socioeducativos.

Enquanto isso, nós vemos um governador dentro do Palácio, sem fazer absolutamente nada.

Hoje, quando a Comissão de Segurança Pública se reuniu aqui, veio a Polícia Civil em peso. É verdade, temos de reconhecer: todos os delegados estavam aqui, o Comando da Polícia Civil estava na Assembleia, mas não havia nenhum representante da Polícia Militar. A Polícia Militar de Minas Gerais está contaminada pelo PT. Dessa forma, essa corporação acha que não tem que vir à Assembleia Legislativa, não tem que discutir com os representantes dos bancos que vieram hoje à Comissão de Segurança Pública. Eles estão apavorados. A sugestão é colocar grades, é colocar no local investigadores que têm anos de experiência. A sugestão é colocar grades em volta do banco. Ora, se eles colocam bombas que explodem caixas eletrônicas, as bombas explodirão grades também. Este governo não está vendo nada.

O que mais me impressiona neste governo – e neste Parlamento tem gente que conhece isso – é a retirada do diretor-geral da penitenciária de segurança máxima para atender a pedido de deputado. É um escândalo! É uma penitenciária de fuga zero! Deputados que apoiam este governo aqui apoiaram o nome daquela pessoa. Vem um deputado para apoiar o governo e tira o diretor da unidade de segurança máxima. Era uma penitenciária de segurança máxima, mas hoje é uma peneira com o comando do PCC dentro. Eu vou provar isso trazendo para cá gravações de dentro da penitenciária, gravações em que se determina a morte de policiais, em que se determina ataque a ônibus.

É lamentável o que nós estamos vendo. O Sul de Minas está em chamas. O mais impressionante, e aqui aguarda um aparte o deputado Durval Ângelo... Durval Ângelo de Andrade, o seu governo quer colocar dois policiais à paisana dentro dos ônibus. Não deixe, Durval Ângelo. Vá lá explicar para eles. Esses dois policiais vão encontrar-se com esses criminosos armados do PCC, quando o ônibus for parado, e serão mortos. Como você conhece isso, explique para eles. Não vieram aqui hoje conversar com os representantes dos bancos de Ouro Fino, Jacutinga e Pouso Alegre. Pouso Alegre tem toque de recolher. O alerta que estão fazendo é: se for encontrado carro na rua, ele vai ser metralhado. Nós já tínhamos ouvido isso na história de Minas Gerais, senhores policiais presentes? Nós estamos acuados.

Ouçó, com muito prazer, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Deputado João Leite, com alegria e satisfação, faço um aparte a V. Exa. e concordo que a situação é preocupante. Acho que realmente precisam ser tomadas medidas firmes. Mas, se nós olharmos bem, veremos que essa é uma realidade em todo o Brasil. Minas Gerais é o 14º estado do Brasil onde estão acontecendo ações como essas. Já ocorreram várias no Nordeste, no Sul, no Espírito Santo e em Santa Catarina. A resposta do governo, deputado João Leite, foi muito positiva. Já são 40 presos. Então, acho que isso é uma resposta imediata.

Sobre a questão da Penitenciária Nelson Hungria, quero concordar com V. Exa. Havia lá um grande diretor, o Danuzio. Eu e V. Exa. sabemos muito bem que ele sempre foi o diretor, o servidor indicado para resolver crises em quase todo o sistema penitenciário. Eu e V. Exa. solicitamos, em vários momentos, em governos anteriores, que ele fosse colocado como diretor. Nos casos que acompanhamos em Unai, São Sebastião do Paraíso e em Caratinga, ele foi colocado para resolver crises.

Diga-se de passagem, ele realmente resolveu o problema da Nelson Hungria, nos seis ou sete anos em que ficou lá. Acontece que os membros desse sistema penitenciário acabam não sendo solidários nem no câncer e, por fofoca interna, ele foi retirado. Quero deixar bem claro que inventaram um monte de investigações contra o Danuzio, mas tudo isso é perseguição política, e sou testemunha dele em todos os procedimentos. O fato é que a Nelson Hungria, que no governo anterior viveu momentos de crise,

que eu e V. Exa. acompanhamos, teve um grande momento de estabilidade quando o Danuzio lá esteve. Seu afastamento é lamentável e não tenho dúvidas de que, para resolvermos o problema da Nelson Hungria, só com o retorno do Danuzio para a direção desse sistema prisional.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Durval Ângelo. Não quis citar o seu nome, mas, ao fazer meu pronunciamento, estive pensando: como o deputado Durval Ângelo pode ter deixado o Danuzio sair da segurança máxima? Que pressão foi essa? Que pressão é essa contra o sistema penitenciário, quando ele dá certo? Não tenho dúvida de que o grande erro deste governo foi mandar embora os contratados. É algo lamentável, e hoje vemos a situação do sistema socioeducativo, que foi um primor no Estado de Minas Gerais, e do sistema penitenciário, que hoje é risco absoluto.

Fico preocupado, deputado Durval Ângelo, com a situação. Ouvimos aqui que hoje foram presas 40 pessoas, mas esses presos vão para a penitenciária e sabemos que lá de dentro os criminosos determinam o que vai acontecer do lado de fora. Não me lembro disso na história de Minas Gerais. Não me lembro de um domínio dessa magnitude nem no tempo em que a Polícia Civil cuidava dos presos. É certo que há questões do País, mas o que vimos acontecer em Minas Gerais nesses dias é um absurdo. E o governo, que já tinha informações sobre isso, dorme em berço esplêndido, preocupado com outras coisas, enquanto a população, os policiais, os agentes penitenciários, os agentes socioeducativos, todos estão em risco.

Tenho aqui uma geografia do terror: Varginha, Três Corações, Cruzília, Virgínia, Itajubá, Brazópolis, Pouso Alegre, Alfenas, Poços de Caldas, Ouro Fino, Passos, Monte Santo de Minas, Guaxupé, Campo Florido, Uberlândia, Uberaba, Conceição das Alagoas e, na Grande BH, Belo Horizonte e Santa Luzia. Essa é a situação de Minas Gerais neste momento. Essa é a nossa situação! O mais grave é que os sistemas penitenciário e socioeducativo seguem sem controle, com os criminosos se comunicando e comandando o crime de dentro do sistema. O que aconteceu com o sistema em Minas Gerais? Foi o apagão dos sistemas penitenciário e socioeducativo, o apagão da Defesa Social e o abandono das nossas forças de segurança.

Encerro, presidente, referindo-me a algo muito caro a V. Exa., que foi secretário de Defesa Social: o Promorar dos policiais. Dói em mim, filho de policial, ver que os policiais estão sendo despejados. Policiais ameaçados de morte estão sendo despejados. Vendo aqui o líder do socioeducativo, digo que está na pauta: não querem permitir que o agente socioeducativo use armas. Querem pôr o agente na rua sem uma arma e sem proteção, enquanto o Estado vira as costas para o sistema e, de dentro do sistema socioeducativo e do sistema penitenciário, o comando do crime vai mandando em Minas Gerais. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, deputado Lafayette de Andrada, demais deputadas e deputados, permitam-me falar da tribuna com este jaleco dos operários e trabalhadores da Petrobras, porque quero fazer uma homenagem a eles e também uma defesa a essa empresa, que é a maior estatal brasileira. Infelizmente, querem fazer com que ela seja entregue ao capital financeiro internacional. Vou falar um pouco desse assunto.

Mas, Sr. Presidente, antes de entrar no assunto propriamente dito que me traz aqui, quero fazer uma prestação de contas das atividades que fizemos na semana passada e retrasada, a partir da greve dos caminhoneiros e dos petroleiros, quando a Comissão de Trabalho esteve também na porta da Regap, junto aos petroleiros em greve, fazendo a defesa, deputado Durval Ângelo, da nossa empresa Petrobras. Por isso fazemos a nossa homenagem aqui e relatamos também aquilo que fizemos na semana passada.

Gostaria de dizer que hoje é dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, e nós ainda não resolvemos, de forma definitiva, o caso da Samarco, o crime da Samarco. Então, aproveito o 5 de junho para fazer mais uma denúncia do crime que a Samarco cometeu com a Vale e com a BHP Billiton contra o Rio Doce. Até hoje, infelizmente, não aconteceu nada, apesar de a Polícia Civil, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a própria Assembleia Legislativa, por meio da Comissão Extraordinária das Barragens, indicarem que houve um crime. Foram apontados os responsáveis pelo crime e, até hoje,

ninguém foi punido, e o processo anda, no mínimo, devagar, para não dizer que está parado. Aqueles que são responsáveis pelo crime da Samarco, que sujou todo o Rio Doce e até o mar – como está nessa foto – ainda não foram punidos.

Na Assembleia Legislativa, aprovamos o projeto de lei da comissão, em primeiro turno, mas ainda faltam duas comissões, em segundo turno, para analisar esse projeto. Então, pediria à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que agilizasse o parecer sobre o nosso projeto de lei, para que Minas Gerais tenha uma nova legislação sobre mineração. Dentre os pontos de modificação, há uma legislação rígida de segurança das barragens, que é o que estamos propondo, por meio do relatório do projeto de lei da comissão, e também a proibição de barragens daquele tipo, porque não é a primeira, mas é a terceira vez que houve rompimento em Minas Gerais. Esse tipo de barragem precisa ser proibido em Minas Gerais. É o que diz o projeto de lei.

Então, pediria à Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável agilidade. O deputado João Vítor Xavier tem trabalhado nesse assunto e tenho certeza de que vai fazer um belo relatório, mas pediria a todos agilidade para votar, ainda este semestre, sobre o risco de não modificarmos, depois de um crime desse, a legislação ambiental de barragens em Minas Gerais. Seria para a Assembleia Legislativa uma vergonha e um retrocesso. Então, solicito aos deputados que isso esteja no nosso visor de aprovação dos projetos, neste semestre.

Presidente, outro assunto que me traz aqui é o da Petrobras. Assistimos a uma greve de caminhoneiros, que gerou uma série de transtornos para a população brasileira, que adveio do preço alto do combustível diesel e também da gasolina, para não falar no gás da cozinha. Mas a gasolina, para se ter uma ideia, passou de R\$2,69, que era o preço, deputado Durval Ângelo, no governo Dilma, para mais de R\$5,00, no governo Temer, em especial quando Pedro Parente, indicado pelo PSDB, se tornou presidente. (– Intervenção fora do microfone.) Dizem que ele é parente do capeta. Como o capeta costuma ser chamado de Temer, dizem que pode até haver nepotismo. Se o Pedro Parente é parente do capeta, ele tem semelhança com o Temer.

Mas, deputado Durval Ângelo, a política implementada por ele é a do mercado. Ele foi indicado pelo PSDB para ser quem aplicasse a tal política ultraneoliberal nas empresas estatais brasileiras, com o objetivo de vendê-las posteriormente. Sempre foi assim a política adotada pelo PSDB e pelos governos neoliberais no mundo como um todo. E aqui na Petrobras, o Sr. Parente, que foi o mesmo do apagão da Eletrobras, estava agora presente no apagão das estradas, e adotou a medida do mercado. O preço do dólar aumenta, o do barril do petróleo internacional aumenta, e aumenta aqui o preço da gasolina, do gás e do diesel. Um desastre. A gasolina pulou de R\$2,69 para R\$5,00, e o diesel foi sofrendo aumento. Isso levou os caminhoneiros, por sofrerem uma pressão tão grande e não conseguirem trabalhar, a paralisarem todo o sistema de transporte, como vimos em Minas Gerais.

Não foi sempre assim, pelo contrário. A política anterior, colocada pelos governos Lula e Dilma, quando se descobriu o pré-sal, foi exatamente fazer com que o pré-sal fosse nacional, fosse da Petrobras, e que, a partir do lucro do petróleo extraído, do óleo bruto, e da produção de diesel e gasolina, o Brasil investiria 75% na educação e 25% na saúde. E a Petrobras teve lucros exorbitantes durante o governo Lula.

Só para se ter uma ideia, no governo Fernando Henrique, o lucro da Petrobras chegou a R\$74.000.000.000,00, um bom lucro. Mas, no governo Lula, esse lucro passou para R\$246.000.000.000,00, 231% a mais. Portanto, a Petrobras é uma empresa lucrativa e sempre foi. Ela não pode ser uma empresa de que o Brasil abra mão; pelo contrário, ela tem que ser uma empresa exemplar, para que o fruto do seu lucro possa servir para distribuição de riqueza no Brasil: para educação, para saúde, para melhorar a vida do povo brasileiro.

Para se ter uma ideia, o valor de mercado da Petrobras, no último ano do governo Fernando Henrique, era de R\$54.500.000.000,00 e, no governo Lula, o valor de mercado chegou a R\$300.000.000.000,00. Portanto, a Petrobras é uma empresa também extremamente valiosa. E, de repente, o governo Temer, em aliança com o Parente, do PSDB, resolve aplicar uma política completamente contraditória com uma política de preço que levasse em consideração o Brasil, enquanto nação, e os brasileiros. Além de atrelar, como eu já disse, deputado Cristiano Silveira, o preço ao mercado internacional e ao dólar, os servidores da Petrobras

denunciam um alto boicote, e a empresa Petrobras passa a produzir menos diesel e menos gasolina, para de refinar o óleo bruto e passa a importar óleo bruto, a preços que interessam ao mercado internacional, extremamente caro, e ainda a exportar o óleo bruto, sem que ele fosse refinado na Petrobras. E a Petrobras perde, deputado Durval Ângelo, 38% da capacidade de refino.

Os petroleiros fizeram uma greve porque pedem para trabalhar, para produzir, para refinar o óleo bruto, para que esse diesel e a gasolina possam ser suficientes para alimentar o Brasil, do ponto de vista de combustível, ou seja, para que o Brasil seja autossuficiente no combustível. Para se ter uma ideia, a produção de diesel é a mais baixa em 15 anos. O governo parou de produzir diesel. É a mais baixa em 15 anos, com o Brasil extraindo mais óleo e mais petróleo.

Hoje a Comissão de Minas e Energia do Senado se reuniu e vai ouvir o presidente da Petrobras sobre que política ele vai fazer daqui para frente, porque pouco adianta tirar o Parente se for continuar a mesma política de preço que levará o Brasil a se estagnar. Mais do que isso, levará o Brasil também a um processo inflacionário. A partir daí o governo vai aumentar a taxa de juros, e o Brasil cairá numa recessão ainda maior do que a ocorrida nos últimos anos, e de que não houve recuperação. Agora, com a greve dos petroleiros, dos caminhoneiros, nós ainda freamos qualquer possibilidade de crescimento no Brasil.

Portanto, são tempos sombrios que vêm por aí a partir de uma política estipulada para o Brasil de venda, a preço de banana, daquilo que produzimos. Todos sabemos que com o minério ocorre a mesma coisa. Comecei a falar da Samarco e aproveitei para dizer que com o minério ocorre a mesma coisa. Exportamos minério bruto barato, em especial para a China e para o Japão, e Minas não ganha nada com isso, porque ainda há a questão da Lei Kandir, que nos retirou R\$135.000.000.000,00.

Pois bem, depois do minério, vem o petróleo, e agora já falam na venda da Eletrobras. Já existe um projeto do senador Tasso Jereissati que fala em um mercado das águas. A água também passaria a ser explorada pelas empresas internacionais. A Coca-Cola, a Nestlé e a Perrier já estão na fila para se aproveitarem de mais um produto fundamental para nós, brasileiros, que é a água. A Floresta Amazônica já corre risco – ou melhor, já correu –, e assim por diante.

Vivemos um governo completamente equivocado do ponto de vista do que é garantia para a nação, da preservação do que é estratégico para alimentar o crescimento brasileiro. O governo dá uma guinada à direita e vai liquidando o Brasil. Aliás, o golpe foi para isso, não é mesmo? Não tiraram a Dilma à toa, não prenderam o Lula à toa. Prenderam o Lula e tiraram a Dilma para pôr em prática esse tipo de política que estão executando hoje.

Pessoal, o pior está por vir: a maneira como o Temer quer emendar esse problema, criado por ele mesmo, com essa política de preço. Em vez de mexer no preço da Petrobras, presidente, ele anunciou uma série de medidas que têm deixado o setor produtivo, os estados, os municípios e o povo brasileiro em polvorosa.

Vou ler só alguns itens, porque o meu tempo não é tão grande. Vejam bem: a Fiemg já está anunciando – está na *Folha de S.Paulo* de hoje – que prevê demissões na indústria com a reoneração da folha, que vai atingir 191 mil empregos. A Fiemg já fala em demissões porque o governo Temer, em vez de atacar o preço, vai atacar o setor produtivo, reonerando a folha de pagamento, e assim levará o setor produtivo das indústrias a demitir ou a jogar o aumento que sofrerá no preço ao consumidor, elevando a inflação. É óbvio que essa não pode ser a solução.

O caminhoneiro, hoje, tem uma renda próxima de zero. A continuar assim, ele vai parar de novo, pois não conseguirá continuar; o setor produtivo não conseguirá produzir no Brasil. Mais do que isso, o governo Temer também anuncia que, para poder dar conta do prejuízo causado com a política de preços da Petrobras, terá agora de mexer no orçamento. Adivinhem onde o Temer quer cortar no orçamento? Na educação, na saúde. Então, para “baratear” o diesel, em vez de mexer na política de preços vai mexer no orçamento. Então, o orçamento vai bancar a diminuição do preço do diesel. Ora, o orçamento é para a educação, para a saúde, para o saneamento básico. Mais do que isso: para obras em rodovias.

Os governadores estão apavorados, porque Temer vai eliminar o valor da Cide, que é passado para os estados. E a Cide é o valor investido na melhoria das estradas. Minas Gerais, por exemplo, vai perder de R\$40.000.000,00 a R\$50.000.000,00 de

investimentos nas estradas. Assim, todos os governadores e também os municípios perderão, porque não terão o dinheiro da Cide. Ou seja, o Temer, em vez de mexer na política de lucro dos investidores, ou melhor, daqueles que especulam na Bolsa de Valores, que são as empresas especuladoras que compõem o mercado das bolsas, o capital financeiro, os financistas, mexe no bolso do povo brasileiro. Mas, em momento algum, ele faz a menor autocritica em relação à política de preços, que só favorece aqueles que especulam. Isso, ele deixa intocável. Sendo assim, se não mexer nessa política, pouco adianta tirar o Parente.

Parece ironia, Sr. Presidente: ontem Temer anunciou mais um aumento na gasolina. Portanto, a gasolina, em dois meses, aumentou 16%. Ora, tirar o Parente e não mexer na política econômica da Petrobras não adianta.

Termino perguntando o seguinte: para que isso? Para que a Petrobras ganhe valor na Bolsa e seja vendida para as empresas estrangeiras que deram o golpe junto com os estados capitalistas, como os Estados Unidos e outros da Europa, para que eles executem a sua política de combate à crise do capitalismo nos países em desenvolvimento como o Brasil, a Argentina, os países da África e os países árabes.

Portanto, Sr. Presidente, vim aqui hoje fazer a defesa da Petrobras, porque, se o governo Temer mantiver essa política ditada pelos interesses do PSDB, realmente não teremos Petrobras, e haverá poucas riquezas brasileiras, já que estrategicamente estão destruindo o Brasil. Por isso foi dado o golpe, tiraram a Dilma e foi preso o Lula. É esse o recado que o povo brasileiro precisa receber: o que existe por trás dessa política de preços da Petrobras. Muito obrigado.

O deputado Carlos Pimenta* – Deputado Lafayette de Andrada, presidente; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; senhoras e senhores presentes nas galerias. Antes de abordar o assunto principal que me traz à tribuna da Assembleia hoje, gostaria de fazer duas homenagens. A primeira delas é aos trabalhadores da Polícia Civil aqui presentes, que defendem a derrubada do veto a um projeto dos mais interessantes e importantes para o Estado. Na verdade, são trabalhadores que viveram a vida toda na Polícia Civil como examinadores do trânsito. Eles estão se dispondo a voltar ao trabalho, o que não vai trazer nenhum tipo de impacto financeiro ao Estado. Minas deveria render homenagens a vocês. Não me passa pela cabeça por que e quem influenciou o governador a apor veto a esse projeto. (– Palmas.) Não é possível! Os trabalhadores, com a experiência que têm, principalmente agora, no momento em que estamos vendo o Detran sendo bombardeado com tantas denúncias, com tanta coisa errada acontecendo, estão querendo voltar à ativa, estão querendo voltar a trabalhar. Deveríamos estar aqui agradecendo a vocês.

De antemão, quero que vocês contem com o meu voto, com o voto do PDT para tentarmos derrubar esse veto. Se isso acontecer, que sirva de exemplo para outros trabalhadores que estão tão aviltados, tão humilhados em todos os setores – nas áreas da saúde, de segurança e de educação. Vocês dão exemplo de disponibilidade e de cidadania. Parabéns a vocês!

A outra homenagem, presidente, que quero fazer – não sei se é homenagem, mas não gostaria de deixar passar em branco – é ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho. Até brinquei com o deputado Lafayette de Andrada quanto à possibilidade de pedir um minuto de silêncio pela morte agonizante e premeditada do meio ambiente no nosso país e principalmente na nossa região.

Tenho dedicado grande parte do meu mandato para denunciar as agressões criminosas e covardes que se fazem contra o meio ambiente, principalmente do Norte de Minas. Graças a Deus, nas publicações que fazemos e nos temas que levantamos, estamos tendo um apoio em massa, porque as pessoas sabem a covardia que se faz contra o Norte de Minas. Aquela região hoje é um deserto verde.

São milhões de hectares plantados de eucalipto, que avançam para a região do Jequitinhonha, florestas mudas, silenciosas, sem vida. E insistem em dizer que é uma atividade econômica importante, que é uma atividade econômica que traz emprego. Mas, na verdade, essa sesmaria de eucalipto que se planta no Norte de Minas, deputado Dalmo, e o senhor conhece a bem, é, na verdade, uma floresta que não traz nenhum benefício efetivo para a economia norte-mineira.

As nossas águas estão acabando, a escassez das águas do Norte de Minas é visível quando vemos o Rio São Francisco agonizando. Não se vê nenhum tipo de atividade, a não ser as florestas trancadas a cadeados, que ficam ali cinco, seis anos esperando a colheita desses eucaliptos. Eu passei recentemente pelo Rio das Velhas e pelo Rio Jequitinhonha. O Rio Jequitinhonha é um rio de lama, que desce desde Diamantina até a Barragem de Irapé, sem nenhum tipo de vida às suas margens, nas florestas e matas ciliares, porque elas não existem mais. Não há mais peixe, não há nenhuma atividade econômica, e o Rio Jequitinhonha desce lentamente, silenciosamente, levando o assoreamento da Barragem de Irapé.

Isso é o Norte de Minas. Os rios secando, na seca 78% dos rios morrem, secam. E não falo de pequenos córregos nem cursos d'água, não. Estou falando do Rio Verde Grande, estou falando do Rio Jequitai, estou falando de rios perenes até então, que estão morrendo sem nenhum tipo de socorro por parte dos governantes. Grupos empresariais arrendam as terras devolutas do próprio governo, por contratos espúrios, contratos que ninguém conhece nem sabe onde estão. Plantam aquele mundo de eucalipto e usam e abusam das terras do governo do Estado, que poderiam estar servindo à reforma agrária. E estamos vendo o MST invadindo terras produtivas, ameaçando fazendeiros, proprietários rurais de terras produtivas. Mas esse grupo de pessoas que quer trabalhar na terra deveria estar nessas áreas que são utilizadas, há décadas, pelas mesmas empresas plantadoras dos eucaliptos.

Então, este é o dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente. Queria chamar atenção, Dalmo, para que o governo do Estado assuma a sua parcela de responsabilidade. Nós estamos condenando as nossas próximas gerações a assistir, ou pelo menos a ler na história, a transformação do Norte de Minas em um pedaço de deserto, em um verdadeiro deserto. É no que está se transformando o Norte de Minas.

E ainda comemoram o dia 5 de junho como o Dia Mundial do Meio Ambiente. Não temos nada a comemorar. Não temos nenhuma palavra sequer para congratular com quem quer que seja, nem palmas para aplaudir a quem quer que seja. O governo se vangloria de que a legislação ambiental de Minas é a mais avançada de todo o nosso país. Então, não temos nenhuma legislação, porque, aqui, estamos assistindo, impotentes e impassíveis, à destruição dos nossos rios, da nossa flora, da nossa fauna.

Sr. Presidente, fica na nossa vontade, simbolicamente, o pedido de um minuto de silêncio pela morte premeditada, doída, do meio ambiente de Minas Gerais, principalmente do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

Falaria ainda de um outro assunto, mas, diante do que estamos observando, do sofrimento do Norte mineiro, dos proprietários rurais do Norte de Minas, cujas fazendas e terras estão sendo invadidas por grupos com interesse político somente, vou falar sobre esse tema. Esses grupos invadem e destroem essas terras. No entanto, eles poderiam usar as terras devolutas do Estado de Minas Gerais, mas estas estão à disposição para servir a patrões poderosos que querem apenas plantar o eucalipto, plantando-o nas veredas, nas margens e encostas dos rios, em nome do desenvolvimento econômico que nunca chegou ao Norte de Minas Gerais.

Encerro a minha fala aqui, triste, consternado, mas, ao mesmo tempo, fazendo esse alerta para que esse 5 de junho seja lembrado como o dia em que, em Minas, não há nada a comemorar no meio ambiente. É um dia em que a nossa terra, a nossa região, não tem nada a comemorar pelo meio ambiente, mas, sim, a chorar pela destruição maciça, covarde, vergonhosa que se faz no Norte de Minas.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* – Obrigado. Estou ouvindo atentamente a manifestação de V. Exa. neste dia 5 de junho, Dia Internacional do Meio Ambiente.

V. Exa., bem como o deputado João Leite, deve lembrar quantos e quantos 5 de junho comemoramos, neste Plenário, numa reunião especial, liderados sempre pelo deputado Fábio Avelar e com tantos outros deputados, demonstrando compromisso com o meio ambiente. V. Exa. com razão manifesta, e eu ratifico, que nada temos a comemorar. Não temos neste governo políticas públicas para o meio ambiente. O governo somente tem a caneta para multar, para notificar, para fazer com que aquele que produz, que vive da terra seja notificado e multado. Esse governo não tem trazido nenhum incentivo aos nossos produtores, ao meio ambiente do Estado de Minas Gerais.

Está certo V. Exa. O que há de concreto no programa do atual governo? Vamos buscar o que já foi feito. Não temos nada a comemorar. Então, essa reflexão que V. Exa. faz é muito importante. No Brasil, aliás, no mundo inteiro se comemora o Dia do Meio Ambiente, que aqui é o ar, o oxigênio, a qualidade de vida do brasileiro, do cidadão. Lamentavelmente, esse pronunciamento de V. Exa. nos leva a uma reflexão muito profunda. Aliás, eu e V. Exa. fizemos parte de uma comissão nesta Assembleia, a Comissão Especial das Águas. Percorremos todas as estâncias hidrominerais do Estado de Minas Gerais para buscar e levar recursos, numa parceria do Estado, às secretarias e aos municípios. Isso não se vê mais. Estamos nesse desânimo, pois nada se oferece de concreto ao povo mineiro.

Então, felicito V. Exa. Digo também que não temos nada a comemorar no que diz respeito ao nosso meio ambiente. Dele precisamos para a nossa sobrevivência e para a nossa qualidade de vida.

O deputado Carlos Pimenta* – Agradeço ao deputado Dalmo Ribeiro Silva pelo seu valoroso e muito importante aparte.

Vinha, na parte da manhã, do aeroporto para a Assembleia Legislativa e assistia a uma entrevista do secretário de Meio Ambiente. Quando começaram a apertá-lo com relação à destruição de matas ciliares, de nascentes que fornecem água para Belo Horizonte, ele ficou sem poder responder com mais precisão, principalmente com relação à questão da Copasa, provando que ela é a maior poluidora que temos no Estado de Minas Gerais. Ela explora a água de superfície até o esgotamento.

Não há nenhum programa de recuperação de nascentes dos rios explorados pela Copasa. A Copasa utiliza e vende caro a água que vem de graça da natureza. E não há nenhuma contrapartida da Copasa para recuperar as nascentes, os cursos d'água. E o secretário, naquele jogo de empurra, acossado que estava pelas perguntas, disse: “Não, vamos fazer uma bela festa hoje. Quem for hoje ao palácio do governo, na Praça da Liberdade, vai ver um palácio bonito, iluminado de verde”. É só através das luzes que vemos o verde. Fora isso, vemos o lixo que está entupindo os bueiros, os cursos d'água. É o verde do eucalipto que também toma conta dessa metade de Minas para cima. Há mais de 2.000.000 ha de eucaliptos plantados. Quem entra em uma plantação de eucalipto sente que está em uma floresta fantasma. Não se vê um passarinho cantando, não se vê nada.

Não se vê nada. Esse é o meio ambiente. O governo quer iluminar o Palácio da Liberdade de verde, mas na verdade está vermelho cor de sangue, sangue do norte-mineiro, sangue do mineiro, que lutou tanto pelos nossos rios, pelas nossas florestas, que hoje estão devastadas, destruídas, pela ganância do capital. Muito obrigado. (– Palmas.)

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/6/2018

O deputado Dalmo Ribeiro Silva* – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o deputado Dirceu Ribeiro, que preside os trabalhos, todos os nossos convidados, os deputados e as deputadas.

Mais uma vez, subo a esta tribuna, nesta tarde, para tratar de importantes temas envolvendo rodovias estaduais. A primeira é uma demanda histórica da minha região: as obras de melhoria da MG-290, que liga Pouso Alegre à divisa com São Paulo. As obras são cobradas e aguardadas durante longos anos.

Em 2013, começou a ser elaborado o projeto executivo para as obras. Desde então, cinco anos se passaram sem que houvesse a conclusão do projeto. Fui informado diretamente por servidores do DER de que o projeto das obras da MG-290 já está concluído há semanas. Mas vejam só: o governo estadual prefere não publicá-lo, embora já tenhamos, em várias oportunidades, cobrado essa diligência. O governo finge que o projeto não está pronto. O porquê eu não sei. Até agora a nossa região aguarda essa decisão. O que eu sei é que vidas estão sendo perdidas na nossa MG-290. É urgente, urgentíssimo, que o projeto seja publicado para que o processo licitatório seja iniciado.

Já ocupei esta tribuna, muitas e muitas vezes, para cobrar ações efetivas do governo do Estado a favor da rodovia. A nossa região já esperou muito e vem sofrendo com o descaso do Estado, que abandonou definitivamente a manutenção das nossas rodovias. A MG-290, que tem um fluxo de 7 a 1.000 veículos por dia, encontra-se totalmente abandonada. Isso sem falar no caos que estamos vivendo na saúde, na educação e, particularmente, na segurança.

Ontem ocupei a tribuna e manifestei-me sobre os ataques que estão sendo feitos pelo PCC em toda a região sul-mineira. Ainda vemos o atraso no pagamento dos servidores e dos repasses que não estão sendo feitos aos municípios. Quantos e quantos municípios ainda aguardam repasses que são legitimamente seus, e o governo se nega a fazê-los. O mínimo que ele pode fazer para diminuir sua dívida com o nosso Sul de Minas é publicar o projeto e a autorização para a licitação das obras da MG-290. Isso é urgente! Faça uma cobrança, mais uma vez, ao governo do Estado.

O segundo assunto que gostaria de pautar com V. Exas. diz respeito à MG-424. Há algumas semanas, recebi, no meu gabinete, assim como outros deputados o fizeram, a presença de prefeitos, lideranças e moradores de Pedro Leopoldo, Confins e São José da Lapa. Eles traziam uma profunda indignação e buscavam a ajuda desta Casa e dos parlamentares. O motivo era o valor absurdo previsto pelo governo na licitação da MG-424, entre Sete Lagoas e a MG-010, em Belo Horizonte. Nas obras de melhoria, que incluem a duplicação de apenas 12km, seriam instalados dois pedágios. O valor estimado desses pedágios supera R\$8,00 para quem se desloca de Sete Lagoas a Belo Horizonte. São R\$320,00 por mês. Quem vem de Pedro Leopoldo para a capital gasta mais de R\$4,00 e mais de R\$4,00 também para retornar para casa.

Vendo a sincera preocupação de todos e analisando o pleito revestido da necessidade de uma verdadeira justiça, pudemos também participar dessa discussão, agendando reuniões no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a pedido dos prefeitos e de todos os interessados. Ontem, felizmente, o Tribunal de Contas acatou o pedido e suspendeu o processo licitatório, decisão tomada também pela 2ª Vara Cível de Pedro Leopoldo.

Sabemos que esse é somente o início, mas são vitórias, e essas vitórias mostram que os argumentos trazidos pelos municípios, pela comunidade e por toda a população têm embasamento legal e jurídico. É injusto cobrar um valor tão alto dos moradores desses municípios, que, muitas das vezes, se deslocam diariamente a Belo Horizonte para trabalho. Isso também inviabiliza investimentos naquela importante região. O Estado tem que ser sensível às dificuldades da população, sobretudo em momento de crise econômica.

A partir dessa decisão, acredito, com toda sinceridade, que o Estado manifestará alteração do projeto apresentado. Teremos, mais uma vez, de buscar somente a Justiça para todas as questões do governo estadual? Espero que não e que talvez tenha sido essa a última vez para tratarmos dessa rodovia. Isso não será resolvido usando somente o diálogo. O que o diálogo pode nos trazer? É buscar, acima de tudo, a sensibilidade do atendimento e principalmente do ouvido, escutando e atendendo as reivindicações que foram manifestadas nos pedágios, nas rodovias e em audiências públicas e que não foram atendidas.

Então quero, mais uma vez, caríssimo presidente, renovar essa nossa preocupação. De um lado, a MG-290, sobre a qual, mais uma vez, do alto desta tribuna, solicito ao governo do Estado que autorize a publicação do edital. Já está pronto há muito tempo, e muitas promessas não sendo cumpridas. E também para os outros assuntos pertinentes à nossa região, particularmente, à segurança do Sul de Minas, que vive um caos. Tenho certeza absoluta de que, somente com essas colocações, o Estado poderá ter uma sensibilidade para evitar perdas de vidas, pois a nossa rodovia tem sido a rodovia da morte. Eu quero fazer esse apelo em nome de toda a nossa região, de todos os moradores, de todas as pessoas e dos municípios que utilizam a nossa MG-290.

Foi desta tribuna, caríssimo presidente, que também por muitas vezes me manifestei. Com audiências públicas e visitas técnicas ao longo do tempo, temos acompanhado – e V.Exa. sabe do nosso trabalho – muito, diariamente, o andamento desse projeto para buscar a sua publicação. Tenho certeza de que o Sul de Minas merece esse respeito do governo de Estado, e o governo do Estado tem essa dívida de gratidão com a minha região. O pagamento será autorizar a publicação do edital da rodovia 290.

Com essas palavras, mais uma vez, eu quero cumprir o nosso compromisso de cobrar efetivamente ações para o nosso estado e para a minha região de Minas Gerais. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arnaldo Silva* – Sr. Presidente, caros e nobres colegas parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o que nos traz mais uma vez a esta tribuna são temas de grande relevância, tanto para um cenário regional quanto para nos atentarmos para questões importantes do nosso Estado de Minas Gerais.

O primeiro deles é que aprovamos recentemente um importante requerimento para a realização de uma audiência pública para tratarmos sobre a Uemg, em Minas Gerais, a nossa Universidade Estadual de Minas Gerais, que tem enfrentado problemas seríssimos, principalmente do ponto de vista econômico-financeiro dos repasses para honrar os seus compromissos. Está havendo atrasos no pagamento de fornecedores e de servidores.

O fato é que, nos últimos meses, a Uemg vem sendo totalmente deixada de lado pelo governo do Estado e neste momento precisa de uma atenção especial. Assim, por meio dessa audiência pública, queremos pautar o assunto na Assembleia de Minas e dar a devida atenção e importância a essa instituição educacional, a nossa Universidade do Estado de Minas Gerais.

Falando em descaso, não podemos deixar de trazer à baila novamente um assunto de suma importância, que vamos encaminhar às comissões pertinentes, sobre uma situação que perdura desde 2015, quando chegamos a esta Casa: o total abandono das obras da antiga Hidroex, na cidade de Frutal. Ali foram feitos investimentos altíssimos com o dinheiro público e com recursos de convênios também com o governo federal, mas absolutamente nada foi feito de 2015 até a presente data. Os importantes prédios da Hidroex estão abandonados e sendo destruídos. O abandono tem causado prejuízos evidentes, que ficam bem à mostra na cidade. Há lá prédios que podem ser aproveitados tanto na Secretaria de Ciência e Tecnologia, quanto nas Secretarias de Educação e de Planejamento. Já apresentamos várias propostas com esse intuito, até porque, nos dias de hoje, quando nos cobram uma postura de responsabilidade com a coisa pública, não podemos renegar esses investimentos e essas obras públicas ao completo abandono, como está acontecendo em Frutal. Aliás, vou solicitar também uma visita técnica da Assembleia para fazermos um levantamento do que está acontecendo lá, mas a situação é gravíssima e envolve equipamentos de alta tecnologia para os laboratórios, equipamentos esses que também foram adquiridos com o dinheiro público, fruto desses convênios. Como já tivemos oportunidade de registrar aqui, o período de garantia técnica desses equipamentos já venceu e eles estão lá, abandonados, sem serem instalados e colocados à disposição, principalmente da comunidade acadêmica da Uemg de Frutal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais não pode deixar de dar uma atenção especial a essa situação, porque, repito, são vários prédios públicos da antiga Hidroex que compunham um conjunto e não foram concluídos, mas eles podem ser incorporados à Uemg, podem ter outra destinação e podem até ser ocupados por outros órgãos públicos do Estado, que pagam aluguel na própria cidade de Frutal. Então, podemos muito bem construir uma solução conjunta, dar destinação àquela obra, levar para lá um curso técnico profissionalizante, em ação integrada com a Uemg. Enfim, finalizar essas obras que estão em completo abandono e em pleno estado de deterioração em Frutal. Não podemos jamais deixar de dar a essa situação uma atenção especial.

O deputado Cássio Soares (em aparte)* – Obrigado, nobre colega Arnaldo Silva. Faço coro às suas palavras, porque a Universidade do Estado de Minas Gerais vem sofrendo muito com a falta de repasses, com consequências que vão muito além dos danos à construção de prédios públicos, totalmente necessários. Imagino que, como em Frutal, as demais unidades da Uemg podem atestar essa situação.

A unidade da Uemg em Passos, por exemplo, a maior de todas, com mais de cinco mil e quinhentos alunos, vem sofrendo constantemente com a dificuldade dos repasses por parte da própria Uemg e do governo do Estado, o que vem acarretando prejuízos graves e sérios ao bom funcionamento dos cursos que ela oferece. Então, juntando-me a V. Exa., caro amigo, faço aqui um apelo para

que o governo do Estado regularize esses repasses fundamentais para o bom andamento e o bom funcionamento dos cursos superiores da Universidade do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

O deputado Arnaldo Silva* – Agradeço a intervenção do deputado Cássio Soares. No início da exposição, eu disse que aprovamos, recentemente, um importante requerimento para a realização de uma audiência pública. Logo, conto muito com sua participação, com seu apoio e com sua atuação, que tem sido brilhante na Assembleia de Minas, para que possamos pautar o caso da Uemg no Estado de Minas Gerais, porque a situação dessa universidade realmente é caótica. Há atraso aos fornecedores, atraso de pagamento aos próprios servidores. Alguns *campi* estão prestes a paralisar suas atividades. E nós não podemos, de forma alguma, deixar de voltar os olhos para essa importante instituição em Minas Gerais, não podemos virar as costas para a Uemg. Aprovamos o requerimento e vamos pautar essa audiência pública, mas precisamos ir além, ou seja, precisamos manter uma pauta na Assembleia sobre a importância da Uemg para Minas Gerais.

Conto muito com o trabalho de V. Exa. Vamos caminhar juntos para dar um direcionamento a essa questão e para que possamos, pelo menos, ter um quadro geral da situação da Uemg. Houve a mudança da reitoria, e acreditamos muito na oxigenação que ocorrerá na Uemg. Tenho certeza de que poderemos, em conjunto com a Assembleia, construir um caminho cada vez melhor para a nossa Uemg.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Primeiramente, deputado Arnaldo, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que a causa da Uemg é de todos, é suprapartidária e transcende as bandeiras e as disputas nesta Casa.

Quero fazer um parêntese, agradecendo a V. Exa. o aparte, apenas para parabenizar o Município de Formiga pelos seus 160 anos de emancipação, completados hoje. É uma cidade importante da nossa região Centro-Oeste mineiro, uma cidade referência para um conjunto, para quase uma centena de municípios do seu entorno. É uma cidade de pessoas de bem, trabalhadoras, honestas. Então, fica aqui a minha homenagem, e tenho certeza, a homenagem também de todos os pares desta Casa a essa querida cidade de Formiga pelos seus 160 anos de emancipação. Agradeço a V. Exa. o aparte e o belíssimo pronunciamento.

O deputado Arnaldo Silva* – Agradeço a intervenção do deputado Gustavo Valadares, que tem sempre demonstrado a sua atuação firme e diligente nos trabalhos da Assembleia de Minas.

Para finalizar, Sr. Presidente, também não poderíamos deixar de fazer, mais uma vez, o registro de uma importante audiência pública que realizamos na Assembleia de Minas para discutir um assunto muito importante, que diz respeito às questões procedimentais, às atividades funcionais de um órgão específico: o Gaeco, ligado ao Ministério Público, na cidade de Uberlândia. Foi uma audiência muito proveitosa, mostrou um trabalho eficiente. Certamente encaminharemos todos os seus resultados à procuradoria. Na oportunidade, esteve presente a Procuradoria de Justiça, que, com certeza, adotará providências diante da gravidade dos fatos e dos documentos apresentados, dos depoimentos que vieram a público na audiência pública, de forma corajosa, de forma a demonstrar com clareza os excessos, as arbitrariedades, as questões aberrantes que Uberlândia e municípios da região têm enfrentado por aquele órgão.

Volto a mencionar as questões procedimentais, que precisamos corrigir; precisamos dar um rumo novo a isso. Tenho certeza de que a procuradoria não deixará de olhar isso atentamente, principalmente pela seriedade na condução dos trabalhos do Ministério Público e pela maneira como tem sempre pautado as suas atividades.

Além disso, quero dizer que recebemos a notícia de que a Câmara Federal, com a qual estamos em contato, está prestes a instalar uma CPI para discutir a questão das delações e colaborações premiadas. Vou sugerir um requerimento e encaminhá-lo para que essa questão seja acompanhada de perto pela Assembleia de Minas. Quem sabe, talvez, poderemos ter a nossa comissão parlamentar de inquérito para estender e aprofundar os trabalhos de transparência, de clareza e de aperfeiçoamento das nossas instituições.

Porque ninguém está distante ou fora do alcance e do controle de legalidade, dos procedimentos corretos e regulares. É isso que nós queremos, é isso que pretendemos. E tão somente é isso que apresentamos aqui, na Assembleia de Minas.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado a todos os nobres parlamentares.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Lafayette de Andrada; Srs. Deputados aqui presentes, conversava ali com meu líder, deputado Gustavo Valadares, e eu nem diria que fomos surpreendidos, porque estamos acostumados já com as iniciativas nada republicanas deste governo do PT. Mas essa agora de pegar R\$2.000.000.000,00 emprestados via Codemig, aí é demais, não é? Evitar que isso passe pela Assembleia Legislativa, para decidir se o governo tem condição de buscar o empréstimo, e usar uma empresa para pegar um empréstimo, para utilizar esse empréstimo nem sabemos para quê. Porque, quando a iniciativa passa pela Assembleia Legislativa, todo cidadão de Minas Gerais tem a possibilidade de saber como esse recurso será utilizado. A Mesa da Assembleia tem o cuidado de fazer a leitura da mensagem do governador, que é encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça, e a mensagem pode ser transformada em resolução, que será apreciada pelas comissões da Assembleia Legislativa. Mas o que faz o governo? O governo então determina que a empresa Codemig pegue um empréstimo de R\$2.000.000.000,00 para utilizar em quê? Como a população de Minas Gerais, que vai pagar essa conta, vai saber como esse dinheiro será utilizado? Via Parlamento, via o Poder que representa a população de Minas Gerais, nós podemos saber isso; mas, via Codemig, quem saberá?

Mas eu queria elogiar os nossos líderes. Imediatamente o deputado Gustavo Valadares já tomou as providências. Já entramos no Tribunal de Justiça, no Tribunal de Contas, na Câmara de Valores Imobiliários para avaliar essa venda que a Codemig está fazendo, sem conhecimento da representação da população de Minas Gerais, que é o Parlamento, é a Assembleia Legislativa, onde estão os representantes da população de Minas Gerais. Isso parece o quê? O que o partido que criticou tanto a ditadura militar faz é desconhecer o Parlamento, e toma medidas de ditadores, que não têm que ouvir o Parlamento, representante da população. Usam uma empresa para buscar R\$2.000.000.000,00 de empréstimo. Este governo está buscando R\$2.000.000.000,00 de empréstimo não sabemos para quê. Se os deputados de Minas Gerais não sabem para que esse dinheiro, a população muito menos. A população de Minas Gerais não sabe qual é o destino dele.

Agora mesmo vimos o relatório do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que quer saber como foram utilizados os R\$6.000.000.000,00 que foram buscados dos depósitos judiciais.

Dinheiro de alimento, dinheiro de herança, dinheiro de incapaz de que o governo lançou mão, e o Tribunal de Contas do Estado quer saber como o Estado gastou esse dinheiro. Como ele foi gasto? Ninguém sabe. Isso é uma ditadura imposta em Minas Gerais. Quando desconhece o Parlamento, desconhece a representação da população. Isso é ditadura, gente! O PT tem esse traço de ditadura. Copia o modelo da Venezuela, do Sr. Maduro; copia o modelo da família Castro, em Cuba; e quem é contra vai para o paredão, é morto no paredão. Lembro-me de um tempo em que queriam, numa comissão da Assembleia, fazer uma homenagem aos 50 anos da Revolução de Cuba. Queriam saber quantos morreram para impor uma ditadura ao povo cubano. E, aqui, em Minas Gerais, não está sendo diferente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, pois temos hoje a polícia do PT.

Ontem recebi um perito da Polícia Civil de Minas Gerais relatando a ida do delegado, o Sr. Bossi, de novo lá na perícia para exigir os documentos fraudados, pressionando os peritos a dizer que os documentos são verdadeiros. É a Gestapo do PT, é a polícia sendo utilizada pelo PT. Não vou dizer isso. O meu pai não está aqui mais para ver o que está sendo feito com a Polícia Civil dele, aquela Polícia Civil à qual ele serviu. Uma das minhas primeiras lembranças de vida era ver o meu pai colocando o seu uniforme da guarda civil, às 5 horas da manhã, minha mãe preparando o seu café, e ele saindo para trabalhar. Hoje essa polícia está dominada pelo PT, que indica delegados.

Imaginem! Vamos para mais uma eleição, deputado Lafayette de Andrada, e o delegado que vai fiscalizar a eleição, o chefe do segundo departamento de fraudes e falsificações, é o delegado que entrou na Prefeitura de Moema, cujo prefeito é o presidente da Associação Mineira de Municípios, que fez um discurso contra esse governo. E o que o governo faz? Mandou o delegado Bossi até a

prefeitura confiscar documentos. E está lá agora pressionando os peritos. Ele quer rápido uma decisão para dizer que assinatura é assinatura, mesmo de alguém que eles querem prejudicar.

Isso lembra o livro que eu já trouxe aqui, *Assassinato de reputações*, um livro do nosso Tuma Júnior sobre quando o Lula o chamou e o mandou destruir Geraldo Alckmin, quando o Lula o chamou e o mandou destruir José Serra, quando o Lula o chamou e o mandou destruir Marconi Perillo. É isso que vemos o PT fazendo: uma Gestapo a serviço do PT; um delegado pressionando peritos; um delegado que, com sete anos de polícia, se transformou em delegado-geral de polícia. Senhores policiais aqui presentes, vejam a maracutaia do PT. Ele é o chefe da Gestapo, da SS do PT em Minas Gerais, perseguindo os adversários políticos, produzindo documentos contra adversários políticos. Vão sair aí... (– É interrompido.)

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* – João Leite, um aparte. Escute aqui: essa polícia do PT usa macacão laranja? Como que é? Normalmente a Gestapo era a Swat: estrela e macacão laranja.

O deputado João Leite* – Não. Essa polícia usa outras coisas. É uma vergonha o que está acontecendo em Minas Gerais.

Eu continuarei, mas antes devo conceder aparte ao líder do Sul de Minas Gerais sempre presente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, que com muita força defendeu o Sul de Minas Gerais, abandonado pelo governo do PT e à mercê da criminalidade.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* – Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa., deputado João Leite, sempre abalizado e com razões coerentes. Esse é um atrevimento do governo Pimentel, de não pagar os servidores, de vetar projetos aprovados nesta Casa, de não repassar recurso para a saúde e para os hospitais, de não pagar o ICMS devido aos municípios, de cortar, inclusive, todos os programas sociais que foram instalados aqui.

V. Exa., como secretário de Estado, trabalhou e colaborou muito com o governo de Minas e com o Brasil. De todas as ações do governo, desse desgoverno que, cada dia, apronta uma... Mas, deputado João Leite, pegar dinheiro de menores e de viúvas, que estava custodiado em contas judiciais, é uma afronta ao Poder Judiciário. Determinaram que oficiais de justiça, em cima até de gerentes de bancos, cumprissem alvarás, como foi feito aquela vez, naquela madrugada, quando aqui, com muita luta, conseguiram aprovar o projeto contra a nossa vontade. Esse é o governo em que não se encontram mais os depósitos judiciais custodiados, depósitos que, a mando do Poder Judiciário, deveriam permanecer nas contas até o fim dos litígios, até menores se tornarem capazes. Hoje, como V. Exa. lembrou muito bem, o próprio Tribunal de Contas toca exatamente nessa ferida. Até hoje todas as pessoas que tinham seus depósitos não os têm mais, não têm mais recursos. E o Estado ainda não repõe o dinheiro dos litígios, das demandas e principalmente o dos menores.

Queremos uma resposta do governo do Estado. O Tribunal de Contas está correto, porque queremos saber onde se encontra esse monte de dinheiro depositado em tantas comarcas. Aliás, já recebemos vários juízes aqui, a Amagis já esteve aqui, assim como a Ordem dos Advogados, para buscarem esclarecimentos com o governo. Mas até hoje não os temos. Os recursos de menores, deputado, estão desaparecidos, o governo pegou; subtraiu dinheiro que não pertencia a ele.

Portanto, esse pronunciamento, com certeza, vai ao encontro de todos os que tinham depósitos judiciais e que hoje não os têm mais, lamentavelmente, por uma decisão desse governo, que não respeita nem os menores nem os incapazes. Obrigado.

O deputado João Leite* – Agradeço a V. Exa, que é advogado e conhecedor do sofrimento das pessoas que demandaram na Justiça e que têm direito a isso. O dinheiro existe, mas o governo do PT meteu a mão nele. Onde está esse dinheiro, se os nossos servidores estão recebendo parceladamente? Onde está esse dinheiro, deputado Gustavo Valadares, líder? Para onde irá esse dinheiro que o governo do Estado está pegando emprestado via Codemig, sem anuência da Assembleia Legislativa?

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado João Leite, parabênizo V. Exa. pelo pronunciamento e o deputado Dalmo Ribeiro Silva pelo aparte.

São várias as questões a serem tratadas para complementar o que V. Exa. vem dizendo. A primeira delas: eu, V. Exa. e o deputado Felipe Attiê assinamos um requerimento solicitando informações dos técnicos do Tribunal de Contas para saber se foi ou será realizada uma inspeção extraordinária acerca das parcelas utilizadas dos depósitos judiciais, deputado Dalmo Ribeiro Silva, e da recomposição do fundo de reserva. Se isso foi feito, pergunta-se: onde foi utilizado esse dinheiro e com o que ele foi utilizado? E mais, hoje foi recomposto o fundo de reserva, para não prejudicar mais os particulares? Eles, depois de anos na Justiça, vão em busca do dinheiro de lides judiciais, que demoram anos, mas não conseguiram essa recomposição por causa do calote que o governo do Estado estava dando nesse fundo de reserva dos depósitos judiciais. Essa é uma questão.

A outra é a seguinte: esse governo, deputado João Leite, conseguiu desagradar a todos, até a carreiras que historicamente caminharam com eles – e uma pequena parcela ainda caminha. Desagradou também os prefeitos. Ontem até fui a um município de Minas da região do Vale do Jequitinhonha. A parcela do ICMS que deveria ter sido depositada na terça-feira passada para os municípios não foi depositada. Ainda deve uma grande parcela do IPVA aos municípios, e é estratosférico o valor que o governo do Estado deve na área da saúde aos municípios e aos hospitais espalhados por todo o Estado.

Fez ontem o anúncio do parcelamento do salário dos servidores neste mês próximo, com referência ao salário do mês anterior, em três parcelas, a última vencendo em 29 de junho. Não pagará no dia, assim como não tem sido feito ao longo dos últimos meses. Só para os hospitais do Estado, o deputado Dalmo Ribeiro me traz aqui que são R\$3.700.000.000,00 de dívida desse governo petista. E agora – porque não conseguiram nem conseguiriam convencer os 77 deputados desta Casa a aprovar um projeto esdrúxulo da cisão da Codemig, que traria para ele, por 15, 30 dias, um alívio financeiro de R\$4.000.000.000,00 e um prejuízo financeiro para o Estado de mais de 100, 200 milhões, bilhões de reais, ou milhões de reais – o governador tenta, sem anuência da Assembleia, conseguir levantar o dinheiro por meio da Codemig, com emissão de debêntures da MGI para utilizar esse dinheiro para quê? Para passar um batonzinho, um “blushzinho” – como dizem as mulheres –, nas cidades de Minas, para entrar na eleição com uma rejeição um pouco menor. É isso que encontramos.

Nós, vigilantes como somos, já entramos na comissão de valores imobiliários questionando esse empréstimo, essa compra de debêntures por parte da Codemig, e o empréstimo desse dinheiro da MGI para o Estado. Já entramos no Tribunal de Contas do Estado. Concluindo, entramos com uma ação popular no Tribunal de Justiça. Então, nós estamos cercados de ações para que mais esse absurdo não aconteça. Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento. Agradeço a boa vontade e o bom senso do presidente, que não interrompeu a minha fala pela metade.

O deputado João Leite* – Esse governo produziu 18 vetos, inclusive esse veto aos policiais civis, que depois de trabalharem tantos anos pela segurança querem ainda continuar trabalhando. Mas eles não conseguem ter essa sensibilidade. É algo impressionante. Eles vetam essa possibilidade. É lamentável. Esse governo deve tudo. Deve piso à assistência social, deve à saúde, deve à educação, deve à segurança pública, deve depósitos judiciais, é o governo devedor. E deve aquelas promessas de campanha mirabolantes. E, é claro, deve a farsa histórica, aquela farsa histórica da educação. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/6/2018

O deputado Elismar Prado* – Sr. Presidente, deputados, deputadas e pessoal que nos acompanha em casa, pela TV Assembleia, quero trazer uma questão importante, entre outras, evidentemente, na área de defesa do consumidor.

Ontem aprovamos requerimento na Comissão de Defesa do Consumidor, solicitando uma audiência pública. Foram aprovados requerimentos do deputado Dalmo e anexado requerimento de minha autoria, solicitando audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater a decisão da Caixa Econômica Federal de romper, de forma autoritária e sem discussão, o contrato de arrecadação das faturas de energia elétrica pagas pelo consumidores nas casas lotéricas, conforme

comunicado encaminhado pela Cemig às prefeituras de Minas Gerais. Então, esse é o assunto, presidente, que nos surpreendeu. Tanto nós como também todos os lotéricos de Minas Gerais foram surpreendidos novamente com essa ameaça. Lamentavelmente, não houve nenhuma grande divulgação dessa possibilidade de rompimento do convênio para que as lotéricas realizem esses serviços de recebimento das faturas das contas de luz. Isso é lamentável, além de ferir o Código de Defesa do Consumidor, porque é um processo em que não há nenhuma transparência, nenhuma publicidade.

Algumas prefeituras estão recebendo comunicado da Cemig, informando da possibilidade desse rompimento de contrato, ou seja, que a população não mais poderá pagar as suas contas nas redes lotéricas, a partir do dia 26 de junho. Isso realmente é preocupante. Solicitamos audiência, convidando a Aneel, os sindicatos lotéricos, o Ministério Público e o Procon Assembleia, que é fundamental, pois se trata de uma questão de interesse, que envolve relação de consumo. A gente sabe que, não só nos pequenos municípios, mas sobretudo nesses municípios, a população, muitas vezes, não tem outra opção, não tem, por exemplo, uma agência bancária, não existem redes credenciadas, e ela necessita muito, precisa fazer o pagamento de suas contas. E aí, nesse momento, as agências lotéricas cumprem um papel muito importante. Então, o rompimento desse contrato será um grande prejuízo, não só para os lotéricos, que prestam um serviço fundamental, muito importante para toda a comunidade, mas principalmente para a sociedade, o consumidor como um todo, que não terá essa opção. Realmente isso é lamentável, porque não houve nenhuma transparência, como eu disse aqui, presidente. É um processo que viola frontalmente o Código de Defesa do Consumidor, porque não atendeu aos princípios da eficiência administrativa, da transparência dos atos públicos, e isso traz prejuízos enormes à população, que já está sacrificada com tantos aumentos, em tantas áreas, como o aumento dos combustíveis e o da conta de energia elétrica. E agora, por conta de uma disputa entre Cemig e Caixa Econômica Federal, a população tem dificuldade até de pagar a sua conta. Nem todo mundo tem condição, deputado Sargento Rodrigues, de pagar a sua conta *on-line*, utilizando a internet. Imagine o que acontece nos pequenos municípios, onde muita gente precisa e depende do serviço oferecido pelas lotéricas.

Fizemos, inclusive, uma pequena pesquisa, no *site* da Cemig, para verificar os locais de pagamento da conta de luz, por exemplo, no Município de Montes Claros. E a resposta foi a seguinte: “Não há nenhum item a ser mostrado nesse modo de exibição da lista local de pagamento”. Ou seja, a população será impedida de pagar a sua conta através da rede lotérica, e não há nenhuma informação sobre os locais credenciados que podem receber essas contas, prestando esse serviço bancário. Portanto, a gente precisa saber. Segundo o comunicado da Cemig, essa iniciativa é da própria Caixa Econômica Federal, que está rompendo esse contrato, esse convênio, e, a partir de 26 de junho, as faturas das contas de luz não serão recebidas mais na rede lotérica.

Fiz uma breve pesquisa, e esta Casa, a Comissão de Defesa do Consumidor já fez uma discussão sobre esse assunto em 1999. Naquela época, a gente percebeu que a população também ia ficar sem esse serviço, por causa de um embate, uma disputa entre Cemig e Caixa Econômica, porque eles não entravam em entendimento, e quem pagava a conta, quem era o mais prejudicado era o consumidor, a população.

Eles não se entendem justamente em relação ao valor que a Cemig deve pagar à Caixa Econômica para que ela possa, através da rede lotérica, oferecer esse serviço de pagamento das faturas de energia elétrica. Deixo aqui uma crítica à Caixa Econômica, instituição que opera todos os programas sociais do governo federal, que tem uma função social muito importante para exercer na comunidade. Ela não pode simplesmente almejar lucro, principalmente neste momento de crise econômica que estamos enfrentando. A população está sendo realmente muito sacrificada em todos os aspectos, e a Caixa deve facilitar a sua vida, prestar esse serviço. Os lotéricos estão indignados com isso, tendo em vista que não houve nenhuma divulgação ampla, os meios de comunicação não falaram nada. A população pode ser surpreendida a partir de 26 de junho com o impedimento do pagamento de suas contas através das redes lotéricas. Fica aqui a nossa indignação sobre esse assunto. Aproveito a TV Assembleia para fazer a divulgação de que a Caixa Econômica está trabalhando para romper o convênio e não permitir o pagamento de faturas de energia elétrica nas casas lotéricas. Ou seja, o cidadão será impedido de pagar essas contas através da rede lotérica. Solicitamos uma audiência, e esperamos que

seja marcada o mais breve possível, para discutirmos isso, frente a frente com os representantes da Caixa Econômica e da Cemig, com o objetivo de, acima de tudo, defender o interesse dos consumidores. Portanto, fica aqui o nosso protesto e a nossa defesa a todos os lotéricos que enfrentam tantas dificuldades, prestam serviços importantíssimos à comunidade e muitas vezes são mal remunerados. A Caixa Econômica é um banco que precisa cumprir melhor a sua função social e não simplesmente sacrificar ainda mais a população num momento como este. Fazemos um apelo exatamente para que ela desista dessa ideia e mantenha o contrato. O deputado Weliton Prado já se reuniu com os lotéricos em Brasília e aqui em Belo Horizonte para defender a classe e tentar reverter esse processo, permitindo às redes lotéricas continuarem prestando esse importantíssimo serviço a toda a comunidade. É isso, presidente, o que tinha a dizer. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tentarei ser breve. Ontem nós participamos de uma manifestação dos trabalhadores da segurança pública, que por sinal foi vitoriosa do ponto de vista do exercício da democracia, do ponto de vista da afirmação da luta pelos direitos daqueles que estão sendo destruídos – eu diria – pela atual gestão.

Deputados João Leite e Elismar Prado, eu gostaria da atenção de V. Exas. Ontem havia cerca de três mil servidores da segurança pública na Praça da Liberdade, policiais civis, militares, bombeiros, agentes penitenciários e socioeducativos e esposas e filhos dos servidores.

Há três anos e meio, deputado João Leite, as entidades de classe, os sindicatos da área da segurança pública vêm sendo empurrados com a barriga pelo atual governo, o de Fernando Pimentel, do PT. Há três anos e meio, o governo não se reúne com a categoria, não negocia e não ouve. Há até uma propaganda muito bonita, que fala em diálogo, equilíbrio e trabalho. Diálogo com quem? Qual servidor público neste estado, qual sindicato consegue dialogar com a atual gestão?

Deputado João Leite, foi uma manifestação absolutamente pacífica e ordeira. É óbvio: se o MST pode passar pelos portões do Palácio da Liberdade, por que os servidores públicos não podem? E o MST entrou lá com mais de 2 mil pessoas, com bandeiras e tudo, e o lanche foi custeado com o dinheiro do contribuinte, diferentemente da manifestação de ontem, deputado João Leite. Porque ontem entidades de classe, sindicatos e pessoas do povo levaram água, suco, sanduíches para nós, que lá estávamos tentando abrir um canal de negociação com o governo.

Pasme, deputado João Leite. Eu impetrei uma ação popular porque o governo de Fernando Pimentel sucateou todas as políticas públicas, todas, do Estado de Minas Gerais. Mas vou focar aqui na área da segurança pública. O governo de Pimentel vem praticando desvios criminosamente. Quando falo “criminosamente”, não estou tentando atacar a pessoa do governador, mas o governador enquanto gestor público. E por quê? Porque dá a verbas públicas destinações diferentes daquelas previstas em lei, amolda-se no tipo penal do art. 315 do Código Penal Brasileiro. Vejam, ele desvia do caixa único, e o montante chegou a R\$3.000.000.000,00 da previdência dos servidores militares. Há quatro anos, deputado João Leite, ele desobedece à Constituição do Estado e à Constituição da República e não faz a revisão geral dos salários dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais, incluindo aí os servidores da segurança pública. Há quase três anos, precisamente dois anos e meio, ele vem parcelando os salários dos servidores da segurança pública, ou melhor, de todo o Estado. São dois anos e meio de parcelamento.

O que o parcelamento vem causando na vida e nas famílias desses servidores? O uso de cheque especial, de cartão de crédito, enfim, virou uma bagunça financeira. E aí, deputado João Leite, no momento em que o servidor queria botar as suas contas em dia, ele ia à instituição financeira fazer um empréstimo consignado para evitar o pagamento de juros sobre juros o tempo todo e que a situação dele virasse uma bola de neve. Bom, o que o governador Fernando Pimentel, do PT, fez? Descontou o valor do empréstimo consignado do salário dos servidores, sejam servidores públicos civis ou militares, e não o repassou para os bancos. O que os bancos fizeram? Negativaram os nomes dos servidores públicos e os mandaram para o SPC e Serasa. Então o servidor corre para

um lado, a porta fecha; corre para o outro, a porta fecha. Ele tenta estabelecer um diálogo, e não consegue; tenta cobrar o pagamento no quinto dia útil, e não consegue.

Aí, deputado João Leite, não tem alternativa senão a rua, a praça pública, a mobilização, para tentar fazer com que o governador nos ouça, já que ele disse, por tantas vezes, que iria ouvir para governar. Então, fizemos uma manifestação pacífica, com cerca de 3 mil pessoas. Mas não bastasse isso, deputado João Leite, ainda temos o Comando-Geral da Polícia Militar, que se tornou uma polícia política e passou a perseguir os adversários políticos do governador, para que ele possa governar a ferro e fogo.

Hoje, ouvindo a Rádio Itatiaia, fomos surpreendidos, deputado Elismar Prado e deputada Ione Pinheiro, por um comentário infeliz, maldoso e passível de retratação pública e de indenização por danos morais, do jornalista Carlos Lindenberg. Prestem atenção, deputada Ione Pinheiro e deputado João Leite – lembrando que eu e o deputado João Leite já nos conhecemos há quase 20 anos, no exercício do mandato –, ao comentário maldoso e infeliz do jornalista Lindenberg: “A manifestação de ontem coincide com a inclusão de uma onda de incêndios contra ônibus em várias regiões do Estado, atingindo 24 cidades e nada menos de 60 veículos. Órgãos de informação do governo trabalham com a hipótese de que não são fatos isolados ou sem conexão uma coisa com a outra. Nessa linha, estuda a hipótese de que os dois movimentos podem andar juntos, inspirados por forças políticas de fora do Estado, mas com o interesse no resultado eleitoral de Minas, sempre tido como fundamental para a eleição do presidente da República, não sendo novidade que quem ganha em Minas ganha também a Presidência da República, pois assim tem sido quase sempre”. O jornalista Carlos Lindenberg, que faz uma participação no *Jornal da Itatiaia*, associou, deputada Ione Pinheiro, a manifestação de policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários aos ataques da organização criminosa PCC.

Ora, jornalista Carlos Lindenberg, o senhor deveria conhecer um pouquinho mais as pessoas antes de atacá-las. Estou deputado, mas sou policial militar e, nos 15 anos em que estive na ativa, combati o crime com muito vigor. Presido a Comissão de Segurança Pública desta Casa, com absoluta responsabilidade, pela quarta vez. Sou autor de 51 leis, várias das quais aperfeiçoam o sistema de segurança pública em Minas Gerais. Sou defensor de um Código Penal duro contra criminosos, sejam quais forem – o criminoso da periferia ou o criminoso do colarinho branco. Então, minha assessoria já está preparando uma correspondência a ser enviada à Rádio Itatiaia, repudiando veementemente a fala do jornalista Carlos Lindenberg. Se não houver retratação pela Rádio Itatiaia, haverá retratação perante a Justiça, porque vamos acionar o jornalista Carlos Lindenberg para que ele venha a público explicar de onde partiram essas informações e quem foi o imbecil que fez essa associação com o nosso movimento.

É assim, deputado João Leite, que o governo do PT quer governar em Minas Gerais. Quando não consegue convencer pelo argumento, usa todos os artifícios para atacar os seus adversários políticos. Todos!

Eu sou adversário político de Fernando Pimentel, do PT. Isso é reconhecido por todos nesta Casa. Mas, diferentemente do governador, deputado João Leite, eu não tenho processo por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Não tenho processo por improbidade administrativa, não tenho nenhuma mancha na minha vida pública. Tenho, sim, um currículo de muito trabalho feito com seriedade.

Então, Sr. Carlos Lindenberg, faça o favor de se retratar imediatamente, caso contrário, o senhor vai ter que se retratar judicialmente, porque eu não tenho problema nenhum em manejar ação judicial contra jornal de qualquer espécie no Estado Minas Gerais. Os servidores, deputada Ione Pinheiro, estão revoltados. Até o Comando da PM, deputado João Leite, o governo utilizou para emitir uma nota. O governo é tão cara de pau que não explica porque ele não paga em dia, porque desvia criminosamente R\$3.000.000.000,00 do IPSM, por que deu calote nos consignados. No tema da reivindicação, na pauta, o governo não toca. O que ele faz? Tenta desqualificar seus adversários políticos.

Deputado João Leite, é vergonhoso ver o palácio fazer isso. É vergonhoso ver o jornalista Carlos Lindenberg fazer isso. Agora pasme, deputado João Leite: não aconteceu nenhum incidente ontem, mas disseram aqui que o deputado estava caçando outro cadáver numa reunião pacífica. Havia mulheres grávidas lá dentro, deputado João Leite, pensionista grávida, diversas adolescentes,

mulheres. Não houve sequer um incidente. Ao adentrar o palácio, peguei o microfone e me dirigi aos oficiais e praças. Disse-lhes claramente: “Os senhores não terão nenhum problema conosco aqui. Isso aqui é um ato de cidadania. Isso é um ato de resistência, porque o governo não ouve ninguém”. Isso ficou claro, mas eles tentam de tudo quanto é jeito distorcer os fatos, mas não vão conseguir. Não vão conseguir, Sr. Presidente, porque temos a clareza do que queremos, a clareza dos direitos que estão sendo violados, e por que devemos manifestar, como qualquer trabalhador.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Primeiro, gostaria de dizer que não ouvi a manifestação do jornalista Carlos Lindenberg, mas esse cidadão e jornalista de Montes Claros é um dos grandes nomes na imprensa mineira da defesa das causas democráticas, um jornalista respeitado em Minas e no Brasil inteiro, e merece todo respeito e consideração. É alguém por quem eu tenho uma alta estima, pela qualidade do trabalho jornalístico que desenvolve.

Penso que, diante de algum impasse, o melhor seria realmente dirimir as dúvidas no Judiciário. Esse é o caminho normal, é o caminho a que as pessoas que defendem e que acreditam na democracia devem recorrer. Não é o caminho da democracia fazer algo que, em 110 anos, nunca foi feito: invadir, ocupar à força um prédio que representa o prédio do Poder. Isso é condenável. E lá, a ação foi incentivada do microfone, como mostram os vídeos, pelo deputado Sargento Rodrigues. Isso é péssimo para a democracia. Em momento nenhum, aquele palácio foi ocupado ou invadido por forças extrapoliciais ou policiais.

Enquanto todos os policiais de Minas Gerais estão de prontidão contra o crime organizado do PCC, há uma ação de enfraquecimento da força de segurança.

Acho que o gesto de ontem não foi de solidariedade com aqueles policiais que estão de prontidão na defesa de Minas Gerais e na defesa dos cidadãos. É lamentável. É uma página difícil, negra e complexa da democracia neste Estado. E houve um protagonista, que foi um deputado desta Casa. Lamentável!

O deputado Sargento Rodrigues* – Ouvi as palavras do líder do governo, e não poderia ouvir algo diferente do que eu imaginava. Lamentável, deputado Durval Ângelo, é um deputado e presidente de entidade de classe, em pleno exercício do mandato, tentar adentrar uma praça pública, no dia 21 de abril, em Ouro Preto, e ser rechaçado com gás lacrimogêneo pela tropa de choque que Pimentel colocou lá. E, ao mesmo tempo, dois mil integrantes do MST passaram livremente para adentrar a praça em Ouro Preto, no dia 21/4/2016. Lamentável, deputado Durval Ângelo, é ver Pimentel escancarar o palácio. Parece que para a mesma turma, que é braço sindical do PT, adentrar o mesmo palácio...

O presidente – Para concluir, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Eu preciso, pelo menos, do mesmo tempo para dar a resposta. É o mínimo que V. Exa. pode fazer.

Ao mesmo tempo, deputado João Leite, dois mil integrantes do MST, com as bandeiras, adentraram o palácio. E o pior: receberam lanche pago com o dinheiro dos senhores e das senhoras. A farra de Pimentel não para por aí. Não é só buscar filho de helicóptero, é muito mais que isso.

Deputado, este deputado estava lá à frente do movimento; este deputado estava lá participando de todos os atos. Não é preciso V. Exa. esbravejar isso aqui, ao microfone. Caso V. Exa. queira, a própria assessoria de imprensa do deputado registrou, e nós encaminhamos para V. Exa. quantos vídeos V. Exa. quiser. Porque isso é exercício da democracia, que os senhores sempre defenderam, pelo menos no campo da teoria.

Quanto ao jornalista, ele pode até ser um bom jornalista. Pode, mas confesso que, pelas informações que recebemos, ele está bem alinhado com o governo de V. Exa. Até porque ele foi membro do conselho. Vejamos as informações fornecidas ao Carlos Lindenberg Spinola Castro: “Comunico a V. Sa. que, consoante o acórdão da 2ª Câmara, este Tribunal, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, que trata da prestação de contas anual...” Foi o conselheiro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do

governo do PT. E, se não estou muito equivocado, deputado João Leite, parece que a esposa do citado jornalista também foi secretária do governo de Fernando Pimentel, quando ele foi prefeito.

Mas esse não é o assunto principal; para mim, isso é periférico. O que é grave, deputado Durval Ângelo, é a irresponsabilidade do jornalista de tentar associar a nossa mobilização ao ataque do PCC. Ele vai ter que ir ao Judiciário; ele vai ter que falar onde é que arrumou essas informações irresponsáveis, levianas. Isso ele vai ter que fazer, deputado João Leite, porque não me curvo à caneta de jornalista. Eu não tenho rabo preso, eu não tenho inquérito.

Eu não tenho mandado de prisão, eu não tenho investigação pelo uso indevido do dinheiro público. Ele foi extremamente irresponsável, deputado Durval Ângelo. Quando V. Exa. ouvir o áudio, vai entender o que estou falando. Sendo assim, estamos pedindo o direito de resposta. Se não for dado, vai ser dado lá no Judiciário. Porque lá o cidadão tem que explicar o que falou, o que escreveu, porque o áudio já está gravado e já está transcrito no meu gabinete.

Moleque, irresponsável! Quer fazer jornalismo, faça-o. Precisamos de uma imprensa livre e de jornalistas sérios e independentes, e não daqueles que são pagos pelo palácio para atacar adversário político.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Cumprimento o Deputado Elismar Prado, que preside esta reunião da Assembleia Legislativa; os Srs. Deputados; os telespectadores da TV Assembleia; os cidadãos e as cidadãs de Minas Gerais que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa.

Deputado Sargento Rodrigues, ontem me segurei para não ir ao palácio. Acompanhando toda situação que se desenvolveu, vejo um governo do PT pedir a prisão de um deputado. Olha, nunca antes na história deste país presenciei uma afronta desse tamanho! Temos denunciado isso desta tribuna. Ora, este Parlamento é o Poder do povo de Minas Gerais, é a representação do povo de Minas Gerais. O deputado Sargento Rodrigues não é ele, mas é a representação da população de Minas Gerais. E este governo do PT teve a coragem de pedir a prisão de um deputado do Parlamento mineiro.

Saibam que eu e o deputado Durval Ângelo votamos aqui para reintegrar deputados que perderam os seus mandatos no tempo da ditadura militar. Inclusive, o deputado Sargento Rodrigues votou junto. Lembro-me de que votamos no caso dos deputados Clodesmidt Riani, Sinval Bambirra e um outro deputado de Contagem. Qual o nome dele? O deputado Durval Ângelo tem memória melhor do que a minha. Não era Nozinho, era outro nome.

Deputado Dazinho, de Contagem, a quem reintegramos. A ditadura militar tinha tomado o mandato deles.

Agora, o governo do PT pediu a prisão de um deputado. Isso é um escândalo! Ontem fiquei indignado, deputado Sargento Rodrigues. Sinto como se fosse comigo. Um parlamentar, do povo de Minas Gerais, manifestando junto com aqueles que ele representa. Naquele momento, o deputado estava representando os policiais militares, os bombeiros, os agentes penitenciários, os agentes socioeducativos. Ele estava ali cobrando do governo aquele dinheiro que foi cobrado lá no contracheque do policial, do bombeiro e que deveria ir para o instituto deles, mas que o governo desviou para o caixa único. Imagino que os policiais civis e seus familiares também estejam sofrendo hoje com a falta de atendimento no Ipsemg.

O governo do PT marcou a história de Minas Gerais. Em vinte e tantos anos nesta Casa nunca vi um governo pedir a prisão de um deputado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O governo do PT inovou: pediu a prisão de um deputado na Justiça. A juíza disse o seguinte na sua sentença: “Em relação ao pedido de prisão feito pelo governo” – pelo governador Pimentel, pedido de prisão de um parlamentar feito pelo PT – “deixo de determinar essa prisão”. É a sentença da juíza. Que vergonha eu tenho! Que vergonha! Espero uma manifestação do presidente desta Assembleia. Espero a manifestação da Mesa da Assembleia Legislativa. O PT acha que vai nos calar. Está aqui.

Ontem, deputado Sargento Rodrigues, recebi uma carta: “Ao deputado João Leite da Silva Neto. Departamento especializado em investigação de fraudes da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais”. O delegado-chefe questiona minha fala, da tribuna da Assembleia Legislativa, o delegado-chefe colocado pelo PT. Essa, deputado Sargento Rodrigues, é a polícia do PT.

O delegado acha que me intimida. Estou acostumado com o emblema da Polícia Civil desde que nasci, vi meu pai colocar farda às 5 horas da manhã e colocar arma para defender a população na rua. Fui mascote do time da Polícia Civil, lidava com os policiais civis – e é policial civil daquele tempo. Poucas viaturas, meu pai descia do bonde, atravessava as vilas, e os colegas dele faziam a mesma coisa. Não tinham medo de nada, e vivi dessa maneira. O senhor não vai me intimidar, delegado, não tenho medo. Não adianta mandar fraude, defraudação para mim, porque não tenho medo. Sou filho de policial e estou acostumado com a lida, com a dureza. Dos cinco filhos de um policial civil. Quando meu pai morreu, recebi o atestado de óbito dele: “Não deixa herança”. Meu pai foi um policial limpo. Não tenho medo de nada. Servi ao Exército Brasileiro, aprendi a armar e a desarmar, fui atirador, mas me controlo – depois que saí do Exército nunca mais pus a mão numa arma. O senhor não me coloca medo, delegado. Vá ficar servindo o PT! Lambe-botas do PT!

O senhor diz na carta que tem autorização do Ministério Público. Não tem! Fui ao Ministério Público e representei contra o senhor lá. O senhor fala que a Corregedoria da Polícia está sabendo. Mentira, delegado! Fui à Corregedoria da Polícia e também representei contra o senhor. O senhor fala que a Corregedoria do Tribunal de Justiça está sabendo de suas investigações. O senhor está a serviço de quem, delegado? Não é do povo de Minas Gerais. Quando o senhor foi à casa de minha tia, uma mulher com 83 anos, doente, e o senhor agravou isso, com o Nilton Monteiro, o senhor estava a serviço de quem, delegado? O senhor não me coloca medo.

Já fui ameaçado de morte várias vezes. Não tenho segurança, venho trabalhar a pé de minha casa, não tenho medo de nada. O senhor é que tem de ter medo. Os que me ameaçaram quando presidi CPI aqui na Assembleia Legislativa é que têm de ter medo. Todos sabemos quem são eles: aqueles que andam escondido. Eu ando na luz, não ando escondido, delegado. O senhor está falando que está tudo secreto, que ninguém vai saber porque o seu trabalho não pode ser conhecido, porque as investigações são sigilosas.

O senhor não honra a Polícia Civil de Minas Gerais. Conheci policial civil em Minas Gerais, conheci os colegas de rua do meu pai, seguranças de rua, homens de honra. O senhor não me coloca medo, não tenho medo.

É isso que o PT está fazendo: pede a prisão do deputado Sargento Rodrigues, um deputado de oposição. A imprensa fala que ele estava lá pedindo aumento de salário. Não é isso, é recomposição salarial para os policiais civis e militares, é o acerto da inflação. Foi isso que foi pedido lá. Saiu do governo uma informação de que aquela mobilização dos policiais civis e militares, dos bombeiros militares, dos agentes penitenciários ontem tem a ver com o Primeiro Comando da Capital, o PCC.

Lamento, deputado Sargento Rodrigues, o senhor ter de viver isso. É um tempo de tristeza para esta Casa. Espero uma resposta da Mesa da Assembleia Legislativa. O governo do PT pediu a prisão de um deputado desta Casa. Qual é a resposta da Mesa da Assembleia?

Não podemos mais usar a tribuna, que um delegado manda uma carta com o emblema da Polícia Civil, ameaçando um deputado? Tenha vergonha, PT, tenha vergonha de usar dessa maneira a força do Poder Executivo e das polícias contra parlamentares de oposição. Nós já vimos isso no nosso país.

Deputado Sargento Rodrigues, é com muito prazer que lhe concedo aparte. V. Exa., a quem respeito muito, tem todo o meu apoio. Vamos juntos presos. Vamos ver se o PT tem coragem, vamos ver se esse delegado tem coragem, esse homem que foi visitar uma mulher de 83 anos doente, pressioná-la, junto com um criminoso chamado Nilton Monteiro. Quero ver. Estou com o senhor, vou defendê-lo, estarei junto.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Deputado João Leite, agradeço a V. Exa. e lhe parablenizo pela postura firme e coerente. Mas o PT, Durval, tem tanto jogo de palavras, que é impressionante. Quando é adversário político, eles estão

invadindo; quando é o MST, quando é a turma do PT, eles estão fazendo ocupação. Ocupação, deputado João Leite, de prédio público. Quer ver um exemplo? Lerei uma matéria do Portal G1, de 30 de agosto de 2011.

(– Lê:) “Cerca de 60 integrantes de duas famílias que alegam ter sido expulsas há 70 anos das terras que deram origem ao Bairro Industrial, em Contagem, ocupam o Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais nesta terça-feira, dia 30. Os manifestantes entraram no Plenário na segunda-feira, quando acontecia um debate na Comissão de Direitos Humanos” – comissão esta presidida pelo deputado Durval Ângelo à época, em 2001, no governo Anastasia.

Adentraram o Plenário desta Casa, este Plenário. Será que aqui não é prédio público? Mas não foi invasão. Por quê? Porque na época, o então hoje 1º-secretário, deputado Rogério Correia, do PT, foi quem abriu as portas, e falou: “Entrem”. Mas não poderiam entrar, aqui só podem entrar deputados e servidores que servem ao Plenário durante a reunião. Mas eles entraram e se acorrentaram. Mais tarde, o mesmo deputado trouxe pizza, trouxe lanche, trouxe isso e aquilo para eles.

Aí não é invasão, aí é ocupação pacífica. Ora, quer dizer que adentrar o palácio e exigir um diálogo com o governo é invasão, deputado Durval Ângelo? É uma pena que vocês consigam fazer um jogo de muita esperteza com as palavras. Mas a gente vai ficando aqui um pouco mais de tempo, deputado João Leite, e vamos compreendendo esse jogo do PT, essa *expertise* deles. Então, 60 pessoas vieram aqui, e ninguém chamou polícia para eles, não prenderam, não houve ocorrência, ninguém impediu, deputado João Leite. A Mesa da Assembleia não pediu a prisão deles, não fizeram sequer um boletim de ocorrência. Mas, como diz V. Exa., é um deputado da oposição, então vamos pedir ao juiz para prender o deputado. E o pior é o advogado-geral do Estado – pelo amor de Deus – pedir a uma juíza de primeiro grau a prisão de um deputado, que não pode ser expedida. Ainda mais assim, demonstra a incompetência no manejo do próprio direito, da própria Constituição da República, sem conhecer as prerrogativas constitucionais de um deputado em exercício do mandato. É lastimável, deputado João Leite. Os integrantes do MST entraram no palácio, comeram, farream, com o dinheiro dos senhores, inclusive, dos impostos. Falam que é o Tesouro do Estado. Tesouro somos nós, os contribuintes. Isso que é o tesouro, é quem paga imposto.

Parabéns a V. Exa., deputado João Leite, mas eles não vão nos calar. Não vão calar V. Exa. nem este deputado. E não será com joguinho de palavra, seja do deputado A, B ou C, que vão nos intimidar. Muito menos um jornalista, que, com certeza, recebe algum benefício do governo. Com certeza até porque nós já conhecemos o jornalista de outras datas. Eu já conheço o citado jornalista.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Queria deixar bem separada a Polícia Civil desse delegado que tenta me calar e me pressionar.

Meus filhos querem que eu deixe a vida pública. Já lhes disse que não há chance de isso acontecer. Permanecerei nela. Eles temem, mas eu não tenho medo, porque a Polícia Civil não é esse delegado que manda me dizer que todas as listas são legais. Eles têm várias listas. Sabemos que ele esteve na perícia da Polícia Civil, pois os peritos nos contam, para determinar para os peritos que a lista é legal. Isso é uma vergonha. Ele está dizendo aqui que tem listas e que, sigilosamente, tem todas as contraprovas.

Lamento que a Polícia Civil de Waldemar Leite da Silva – está lá na sala da viúva, minha mãe, o emblema de investigador dele – seja usada dessa maneira por um partido político. Lamento que a Assembleia Legislativa aceite calada o pedido de prisão de um deputado desta Casa. Lamento. Vejo aqui a juíza determinar o pagamento de R\$50.000,00 de multa às associações que representam os policiais militares, os bombeiros, os agentes e a Polícia Civil. Esse valor para uma associação em que os associados recebem parceladamente? Esse governo é uma farsa.

Presidente, solicito só mais 30 segundos para concluir.

Aquilo que vimos aqui durante tantos anos, lamentavelmente, esperávamos de outros governos, não de um governo do PT, um pedido de prisão do nobre deputado Sargento Rodrigues. É um dia de luto para a Assembleia Legislativa, um dia de fraqueza do povo de Minas Gerais ter a prisão pedida pelo Executivo de um deputado representante do povo.

Deixo-lhe o meu apoio, Rodrigues. É uma tristeza ver a Casa do povo sofrer isso, ter de ver Minas Gerais ser subjugada por um governo como este, que demonstra ser antidemocrático, lamentavelmente. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* – Senhores deputados, telespectadores da TV Assembleia, minhas senhoras, meus senhores.

Venho aqui neste momento do pinga-fogo, de debate, por entender que a democracia se faz com discussão, com debate até a exaustão dos argumentos. Venho aqui por ter respeito e consideração muito grande aos dois parlamentares que me antecederam aqui. Então, acho que a Casa da democracia tem de debater, discutir, ver todos os lados, todos os ângulos.

Nos muitos anos que aqui estou, e os dois deputados que me antecederam são testemunhas, nunca me furtei ao bom debate, à discussão. Sempre entendi que, em situação-limite, há o caminho da lei, e quem pode dirimir esse caminho é o Poder Judiciário. Sempre preferi a força dos argumentos ao argumento da força. Esse é o princípio basilar da democracia.

Mas quero deixar bem claro um pouco da minha história, da minha trajetória de vida. Eu estava, jovem ainda, em 1983, numa grande manifestação de desempregados na Praça da Liberdade.

Havia ônibus de todo o interior todo. Devia haver mais de cem mil desempregados. Tancredo Neves era o governador do Estado. E naquela situação-limite, assisti a um espetáculo comovente. No ano de 1983, os desempregados desesperados derrubaram as grades do Palácio da Liberdade. E os líderes do movimento – eu estava no meio do povo, não havia esse papel de liderança –, ao microfone, seguraram os desempregados desesperados para que não invadissem o Palácio da Liberdade. E foram ouvidos. E lembro muito bem do líder João Paulo Pires de Vasconcelos, que, ao microfone, dizia: “Esse é o símbolo do poder. Não podemos invadi-lo”. E João Paulo Pires de Vasconcelos, aquela grande liderança moral dos metalúrgicos de João Monlevade e dos metalúrgicos do Brasil, conseguiu segurar, com o microfone, para que o Palácio da Liberdade, o símbolo do poder, não fosse invadido por 100 mil desempregados do Estado todo, que foram levados pelo Sindicato dos Trabalhadores. Isso foi uma liderança lúcida, uma liderança que conseguia compreender muito bem o que era a importância da democracia no Brasil. Naquele episódio, tive uma lição muito grande, uma lição de cidadania. Tinha na época 22, 23 anos de idade, não mais que isso. A partir daí, fiquei grande amigo, e somos até hoje, do João Paulo Pires de Vasconcelos.

Em 1996, estava também na Praça da Liberdade, na histórica greve dos policiais militares e civis de Minas Gerais. E lá vi no chão, no comando da Polícia Militar, o sangue do Cb. Valério. E havia muito mais manifestantes do que no ano passado. O Palácio da Liberdade foi preservado, foi garantido. Ele não foi – eu era jovem deputado nesta Assembleia – também invadido pelos manifestantes. Depois disso, há 20 anos, no governo Itamar Franco, vi o governador – eu era 2º-vice-presidente da Assembleia Legislativa – colocar forças policiais: tanques, carros, para proteger o Palácio da Liberdade contra a ocupação de forças militares. Naquele momento, o governador Itamar Franco estava preservando, com os policiais lá dentro, o símbolo do poder.

Assisti recentemente a um filme chamado Allende. E 99% do filme se passa dentro do Palácio La Moneda, no Chile. O filme começa com o presidente Allende, em sua residência, se deslocando, sendo acordado, no prenúncio do golpe, para ir ao símbolo do poder. Ele queria estar no La Moneda, que era o palácio presidencial. O presidente Allende queria mostrar que resistia aos golpistas do Chile que implantaram a mais severa e cruel ditadura, com milhares de mortes no estádio nacional do Chile. O Allende fica o filme todo lá dentro, inclusive resistindo com armas. Há um momento em que ele diz que de lá só sairia morto, porque aquele palácio representava o símbolo do poder constituído no Chile.

Então, minha gente, com esses um, dois, três, quatro exemplos da história, mostro que ontem o Sargento Rodrigues quebrou uma regra básica da representatividade do símbolo do Poder. O Sargento Rodrigues foi além da mera discussão teórica na tribuna desta Assembleia. O Sargento Rodrigues extrapolou. O vídeo é evidente; ele põe em votação. E exasperado, muito exaltado, alterado psicologicamente, ele chama 500 policiais para invadirem o símbolo do Poder: o Palácio da Liberdade. Então, creio que não posso estar nesta Assembleia, nesta tribuna neste momento, concordando com isso. Independentemente de qual ocupante estiver no

Palácio da Liberdade, isso é uma questão que o deputado tem de aprender sobre o que é exercício de democracia. Daí entendo que o governo tenha pedido medidas duras. Por quê? Porque a defesa da democracia exige medidas duras. Não serei conivente com isso nem vou concordar com isso.

Olhem que, na ocasião do meu testemunho a favor do chefe de gabinete do Sargento Rodrigues, no Inquérito Policial Militar que pedia a sua expulsão da Polícia Militar, destaco que o movimento foi dentro do limite ordeiro da defesa da democracia. Em que momento e onde isso ocorreu? Na Comissão de Direitos Humanos, em que constatei casos até de suicídio de policiais pelo endividamento e pela crise salarial. Mas eles souberam naquele momento preservar as esferas da democracia. Então, não posso concordar com isso. Apesar de não ter ouvido nem lido o pronunciamento do jornalista Carlos Lindenberg, entendo que ele falou nesse contexto, que ele deve ter se posicionado nesse contexto.

Ontem, nos últimos dias, foi um momento muito especial para Minas Gerais. Momento pelo qual vários estados do Nordeste já passaram, nesses últimos dois anos de golpe que estamos vivendo neste Brasil. É um momento de ofensiva de forças criminosas contra o Estado Democrático de Direito. Momento que São Paulo viveu há quatro, cinco anos, com muitas mortes, ocorridas de forma cruel e difícil. Momento que o Estado do Espírito Santo viveu recentemente de quase insolvência na sua estrutura democrática. E Minas passava por isso. Era um momento que os policiais da ativa, civis e militares, estavam de prontidão por causa do avanço do crime organizado atacando o Estado Democrático de Direito.

Portanto, quero deixar bem claro que não posso concordar com isso, não como líder de governo, mas independentemente de qualquer situação.

Como deputado trago aqui um testemunho histórico de momentos diferentes que vivi relacionados ao Palácio da Liberdade.

Antes de passar o aparte, digo que, como professor, já vivi cerco de 50, 60 mil professores ao Palácio da Liberdade, quando a gente gritava palavras de ordem e eu era dirigente do Sind-UTE. Mas nunca houve uma palavra de ordem como a do Sargento Rodrigues de invasão do Palácio da Liberdade. Nunca, no microfone, durante 18 anos como dirigente sindical do Sind-UTE, falei ou dei uma ordem dessa. Então, trago para cá uma reflexão teórica, mas também prática.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Gosto muito quando V. Exa. traz a palavra “reflexão”. V. Exa. está falando de invasão daqui e dali. Em 2016, durante o processo de votação do *impeachment* da presidente Dilma, V. Exa. se lembra dos vídeos da invasão com bandeiras da CUT, do MST e do PT do Palácio do Planalto?

O deputado Durval Ângelo* – Não, senhor deputado.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Pois é, V. Exa. então não deve estar se lembrando.

Queria dizer que o mesmo partido de V. Exa., na contramão do que V. Exa. está dizendo aí, também o fez recentemente, em 2016, no Palácio do Planalto.

Em relação ao que V. Exa. disse, que quebramos a regra básica, V. Exa. sabe que o governador desrespeita a Constituição, e não é nem regra básica, é desrespeito à Constituição da República, há quatro anos. V. Exa. faça uma leitura atenta do art. 37 da Constituição, que diz que é assegurada a revisão geral anual aos servidores públicos civis e militares. “Assegurada”, no comando jurídico, é um imperativo. Além do mais, a Constituição do Estado, em seu art. 24 reproduz o mesmo dispositivo.

Há quatro anos o governo não faz a recomposição da inflação. São dois anos e meio, precisamente, de salário parcelado; começou em janeiro de 2016. E o desvio dos recursos do IPSM, que nem o senhor nem o governador tocam no assunto? Mas não o fazem não é por acaso. É porque não querem aceitar que estão sendo pressionados, cobrados por algo que é direito, e justo, dos servidores. Não abrem sequer o canal de diálogo.

O governador pede a prisão de um deputado sem sequer pedir ao líder de governo dele: “Você que é deputado, que já está com ele há cinco mandatos, vá lá conversar com ele, com uma comitiva de deputados, leve o secretário A ou B”. Isso os senhores não

fizeram. Continuo insistindo, deputado Durval Ângelo. Levei muito tempo para amadurecer e entender como funciona a forma de vocês governarem. Hoje, vocês se prestam a atacar os adversários políticos de todas as formas, inclusive usando a inteligência da Polícia Militar. Já tenho nove representações na Promotoria de Combate aos Crimes Cibernéticos, em virtude dos ataques que venho sofrendo. E olhe que, mesmo pedindo segurança ao presidente da Assembleia, mesmo sendo ameaçado, com ameaças lá de dentro, eu não a tive à disposição, porque quem me negou são os mesmos que estão me ameaçando. V. Exa. continua há 18 anos com os seus seguranças, e ninguém nunca o impediu. Inclusive, durante os 12 anos do governo tucano, V. Exa. manteve a sua segurança pessoal.

O deputado Durval Ângelo* – Agradeço o aparte. Primeiro, sobre a última questão, a questão pessoal, quero dizer a V. Exa. que ela seria mais bem respondida por quem de direito e não por este parlamentar. Não sou eu que vou responder sobre a questão, sobre juízo de trabalho, sobre quem os serviços de segurança federais e estaduais entendem que realmente está sendo ameaçado de morte. Não sou eu que faço esse juízo de valor, de a minha ameaça ser mais grave ou a sua. V. Exa., como agente de segurança que foi durante muito tempo, sabe muito bem disso.

Quanto às outras questões, quero deixar bem claro que, se porventura V. Exa. estiver certo em algumas delas, um erro não justifica o outro. Não podemos nunca permitir que um erro justifique o outro.

Acho que, mais do que isso, ao se falar num momento desses, a quatro meses da questão eleitoral, os argumentos são como borracha: eles esticam com muita facilidade. Ou como diz o velho ditado popular: à noite, todos os gatos são pardos. Então, acho que estamos hoje é num clima eleitoral. Esse debate que V. Exa. faz ou a ação de V. Exa... O que falo no jornal, falo pessoalmente para V. Exa. e falo também aqui na tribuna. É o clima eleitoral que envolve isso, é a lógica eleitoral. Então, quero deixar bem claro que repudio como parlamentar, não como líder de governo, o acontecido ontem, no Palácio da Liberdade. Houve uma quebra da ordem democrática, houve uma quebra de um acordo tácito dos agentes políticos.

Isso vai além de qualquer governo, de qualquer ideologia. V. Exa. não está preparado para o exercício do jogo democrático no Estado Democrático de Direito. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/6/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Sidney Martins da Silva, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Jorge;

nomeando Arlete Guimarães Rocha, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Juliana Vasconcelos Tolentino Rezende e Santos, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marilda do Perpétuo Socorro, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 36/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 70/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 26/6/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o registro de preços para serviços de remoção de piso vinílico existente e assentamento de novo piso vinílico com fornecimento de todos os materiais.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 47/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 87/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 28/6/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de baterias.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 48/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 89/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 29/6/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de televisores.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 21/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Heidelberg do Brasil Sistemas Gráficos e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva no equipamento guilhotina, modelo Pollar 115x, fabricação 2010, nº série 8031348, com remuneração por hora de serviço executado e fornecimento de peças de reposição. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, *caput* e inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 29/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mecanográfica & Laser Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com remuneração por hora de serviço executado, dos equipamentos Envelopadora MGL – Mecanográfica – Formato A5 a A3, Modelo Max Mailing; Dobradeira MGL – Mecanográfica – Formato A5 a A3, Modelo Max Folder; Serrilhadeira e Vincadeira MGL – Mecanográfica – Formato 2, Modelo Max Cutter, com fornecimento de peças. Vigência: 12 meses contados a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 30/2018

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Alivare Odontologia de Urgência Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da sua assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 58/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A DDTIZA Ltda. Objeto: prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas nas dependências da Assembleia Legislativa. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, sem reajuste contratual. Vigência: de 26/7/2018 a 25/7/2019. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3. 90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 68/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Somitec Sociedade de Montagens e Instalações Técnicas Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio – Sdai – no Edifício Carlos Drummond de Andrade – CDA. Objeto do aditamento: ampliação do objeto em 5,60%. Vigência: a partir da data de assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 12/6/2018, na pág. 6, onde se lê:

“Na data de 7/6/2018”, leia-se:

“Na data de 11/6/2018”.